RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Relatório final do projeto de acolhimento e assistência às famílias moradoras das comunidades vulneráveis da Costa Sul de São Sebastião
(litoral de São Paulo), entre Boracéia e Boissucanga.

GESTORA

Renata Macedo Soares

COORDENADORAS E APOIO AOS ATENDIMENTOS

Amanda Mauro
Fernanda Galhardo Carpanelli
Heloisa Pinheiro de Castro Simão
Julia Masini Pereira Barretto
Juliana Bernardo
Pamella Carolina Ribeiro Kim Santos

EQUIPE DE ESTUDOS E PESQUISAS

Athaise Torres Ricarte
Fernanda Galhardo Carpanelli
Haloa Reuben
Heloisa Pinheiro de Castro Simão
Jéssica Alessandra Bueno
Julia Masini Pereira Barretto
Maraísa Rosa Cezarino
Vanessa Bulara

ORIENTADORES

Amanda Mauro
Ana Clara Ormos Windmüller
Athaise Torres Ricarte
Beatriz Dib Nami
Bianca Schunemann Cavalcante
Danilo Benedetti Antonini
Fernanda Galhardo Carpanelli
Gláucia Dias de Faria
Haloa Reuben
Heloisa Pinheiro de Castro Simão
Irene Jacomini Bonetti
Isabela de Siqueira Barbosa
Jéssica Alessandra Bueno
João Vicente Fernandez Pereira
Julia Masini Pereira Barretto
Juliana Bernardo
Julieta Mussi de Almeida Christiano
Luiz Fernando da Silva Toledo
Maraísa Rosa Cezarino
Marina Giovedi Arnoldi
Milton Paulo de Carvalho Neto
Pamella Carolina Ribeiro Kim Santos
Pedro Henrique Silva Rizzo
Poliana de Castro Sousa Perina
Rafael Teodoro Pedroso
Rafaella Gatas
Rosseline Alves
Vanessa Bulara
Vivian Sampaio Gonçalves

EQUIPE PARA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL

Amanda Mauro
Athaise Torres Ricarte
Fernanda Galhardo Carpanelli
Heloisa Pinheiro de Castro Simão
Jéssica Alessandra Bueno
Julia Masini Pereira Barretto
Poliana de Castro Sousa Perina
Renata Macedo Soares
Vanessa Bulara

FOTOS GENTILMENTE CEDIDAS

Renata Macedo Soares

Núcleo Morungaba
www.morungaba.com.br

© dos autores 2020. Os direitos autorais das fotografias contidas nesta publicação são de propriedade de seus fotógrafos

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 1
2. EQUIPE 3
3. PARCERIAS ESTABELECIDAS 3
4. PÚBLICO ATENDIDO 4
5. METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS ADOTADOS 8
5.1. OBJETIVO E FINALIDADE 8
5.2. CRONOGRAMA DO PROJETO 8
5.3. ATENDIMENTOS E PRIORIDADES 9
5.4. INSTRUMENTOS DE COMUNICAÇÃO 9
5.5. ESTRUTURAÇÃO E PLANO DE AÇÕES 9
6. RESULTADOS: INFORMAÇÕES SÍNTESES 15
6. 1. PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS BENEFICIÁRIOS 15
6.2. ATENDIMENTO REALIZADO PELOS ORIENTADORES 17
6.3. RESULTADOS 19
7. AVALIAÇÃO FINAL 23
ANEXOS I
1. CURRÍCULO RESUMIDO RENATA I
2. NÚCLEO MORUNGABA II
3. RELAÇÃO DOS VOLUNTÁRIOS ENVOLVIDOS III
4. MINI-CURRÍCULOS DOS VOLUNTÁRIOS PARTICIPANTES DO PROJETO IV
5. ANÚNCIO VAGA ATADOS XI
6. ATAS - REUNIÕES GERAIS XII
7. DOCUMENTO DE ORIENTAÇÕES DE REFERÊNCIA XIII
8. MENSAGEM SÍNTESE ENVIADA AO GRUPO SINALIZANDO ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS XXVIII
9. MENSAGEM ENVIADA AOS ORIENTADORES SOLICITANDO AVALIAÇÃO DO PROCESSO E RESUMO DO ATENDIMENTO REALIZADO XXIX
10. PLANILHAS SÍNTESE DE RESULTADOS – BENEFICIÁRIOS XXX
11. PLANILHAS DE AVALIAÇÃO XXXIX

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - BENEFICIÁRIOS (AS) DE SÃO SEBASTIÃO 6
FIGURA 2 - BENEFICIÁRIOS (AS) INDÍGENAS 7
FIGURA 3 - DISTRIBUIÇÃO DOS TRÊS GRUPOS DE INDIVÍDUOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA 15
FIGURA 4 - RENDA FAMILIAR MENSAL 15
FIGURA 5 - PORCENTAGEM DE BENIFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA 16
FIGURA 6 - PORCENTAGEM DE ASSISTIDOS INSCRITOS NO CADÚNICO 17
FIGURA 7 - ATUAÇÃO DO ORIENTADOR 18
FIGURA 8 - NECESSIDADE DE DOCUMENTAÇÃO ADICIONAL 18
FIGURA 9 - RESULTADOS EFETIVOS DO ACESSO AOS RECURSOS DO AUXÍLIO EMERGENCIAL 19

1. INTRODUÇÃO

Esse projeto-piloto foi idealizado por Renata Macedo Soares[1], e tem como objetivo dar apoio e orientações gratuitas às famílias em situação de vulnerabilidade da Costa Sul de São Sebastião, incluindo famílias indígenas, além de famílias em situação de vulnerabilidade indicadas pela equipe de voluntários (orientadores e coordenadoras), no período de abril a junho de 2020.

Renata atua na região da Costa Sul de São Sebastião desde 2017, pelo Programa MeWe Morungaba[2]. Foi criado um grupo de WhatsApp "grupo nós", de voluntários, e desde são realizados trabalhos de apoio às ações sociais existentes na região. Atualmente esse grupo é composto por 96 pessoas.

Com a Pandemia que se instalou no Brasil e mundo, as condições das famílias atendidas, que já eram precárias, se tornaram mais preocupantes. A maioria delas é formada por trabalhadores informais, na área de construção civil, vendas de artesanatos e vendas de produtos na praia, que se viram impossibilitados de trabalhar. A divulgação pelo governo do "auxílio emergencial", surgiu como estratégia importante de sobrevivência para essas famílias.

Os sujeitos atendidos foram subdivididos em 03 (três) subgrupos: (i) Indígenas - representando um subtotal de 38,3% dos atendidos; as (ii) Famílias oriundas de São Sebastião - não indígenas, 52,3% dos atendimentos, assim como as (iii) Famílias de São Paulo - não indígenas - 9,3% entre os atendimentos realizados; Todos contatados considerando os vínculos construídos por estes sujeitos com o Núcleo Morungaba, centrados na figura de Renata.

As ações realizadas tiveram como núcleo central a orientação e apoio imediato às famílias para o recebimento do auxílio emergencial instituído pela Lei 13.982, de 2 de abril de 2020. A atual realidade motivou a realização desse projeto e organização de nossa equipe de voluntários[3], no trabalho on-line, para orientação sobre o auxílio e assuntos relacionados descritos de maneira mais detalhada ao longo do presente relatório.

As atividades de orientação às famílias foram realizadas por meio da consolidação de grupos para a troca de mensagens de texto, áudios e ligações telefônicas realizadas via aplicativo de mensagens instantâneas (*Whatsapp)*, onde cada sujeito atendido foi incluído em um único grupo de contatos, partilhado em conjunto com (i) um orientador, (ii) um coordenador/apoio e (iii) a idealizadora do projeto, Renata, considerando seu contato anterior e/ou vínculos pré existente no território.

---

[1] Currículo: ANEXO 1.

[2] O Morungaba, espaço de dança, arte e convivência, foi fundado em 1989, por Renata, e já percorreu um longo caminho sempre pautado na valorização humana. A casa (sede), que já acolheu tantos projetos, situa-se no bairro de Pinheiros em São Paulo, mas suas ações se estendem à Costa Sul de São Sebastião, com comunidades vulneráveis e indígenas da Reserva Guarani Rio Silveiras. No ANEXO 2 é possível conhecer mais detalhes sobre essa trajetória.

[3] Relação de voluntários participantes pode ser consultada nos ANEXO 3 e 4 contendo mini currículo dos orientadores que atuaram em caráter voluntário.

A falta de acesso à celular ou limitações de entendimento da língua portuguesa - para o caso dos indígenas - foram supridos pela frequente inclusão de intermediários no grupo - que tiveram função de subsidiar os processos de comunicação entre os atendidos e os orientadores e coordenadoras dos diversos grupos.

A atuação dos orientadores junto aos responsáveis familiares consistiu em compreender a dinâmica de inserção no mundo do trabalho - ou mesmo a ausência total de vínculos / ou vínculos precários e sem acesso a recursos de suporte para seu afastamento de seu posto de serviço, assim como o reconhecimento sobre a composição do núcleo familiar e seus enquadramentos a partir do texto da Lei 13.982, de 2 de abril de 2020.

Após a análise do contexto familiar, os orientadores iniciavam o processo de orientação, instruindo a pessoa assistida a realizar, ela própria, as ações necessárias para efetivação do acesso ao auxílio emergencial.

Como elementos instrumentais para tal efetivação, foi central a transmissão de informações chaves sobre o auxílio emergencial, como cronograma e critérios de enquadramento para recebimento do auxílio emergencial.

Situações excepcionais foram encaminhadas por meio de contato e parceria com serviços da política de assistência social do município, através de consulta telefônica e orientações sobre a situação de cadastramento das famílias no Sistema do Cadastro Único (CadÚnico). Portanto, os acolhimentos ocorridos por meio dos primeiros contatos entre família e orientador, resultaram em um breve diagnóstico, com os encaminhamentos necessários que dessem suporte para o acesso ao auxílio emergencial nos casos elegíveis, e cada situação recebeu em trato particular para maior efetividade das medidas adotadas.

2. EQUIPE

Nossa equipe foi composta por 30 voluntários[4] (estudantes ou com formação superior) em diversas áreas como: direito, serviço social, ciências sociais, jornalismo e demais áreas de atuação - devidamente apresentados por meio do ANEXO 4 que relaciona um resumo dos currículos dos envolvidos.

Os colaboradores voluntários são brasileiros moradores de diversos estados e países: São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Distrito Federal, Dublin (República da Irlanda) e Barcelona (Espanha).

A articulação dos envolvidos foi essencial, considerando o comprometimento assumido por cada voluntário, em (i) estabelecer uma conexão/ vínculo com os sujeitos atendidos, assim como (ii) o compromisso no estudo, aprofundamento e no acompanhamento da atualização de informações relativas às formas de acesso ao recurso do auxílio emergencial para as famílias acompanhadas.

Assumiram também (iii) o compromisso na participação em reuniões de equipe realizadas através do aplicativo "Zoom", ocorridas ao longo do projeto e retratadas por meio de atas que seguem também anexadas a este registro (ANEXO 6).

Mediante o contato realizado e interesse dos colaboradores em assumir as atividades do Projeto e concordância pelas condições de atuação voluntária, um ***Termo de Voluntariado*** foi assinado por cada participante a fim de registrar seu envolvimento no projeto.

3. PARCERIAS ESTABELECIDAS

Ao longo de seu desenvolvimento, o projeto contou com a colaboração de diversos parceiros. Abaixo, seguem relacionados, com descrição pormenorizada de atuação e as ações que se estenderam como contribuição, desde sua fase inicial:

Atados: Plataforma que une voluntários às ações sociais. A busca por voluntários interessados contou com o anúncio pela plataforma do Atados[5];

Maria Mariutti e Marina Cecchi: Criação de cartazes de divulgação das vagas para colaboradores voluntários;

Magalhães, Bartoletti e Sandoval - Escritório de advocacia: Assessoria para pesquisas de assuntos relacionados às leis e condicionalidades para acesso ao Auxílio Emergencial;

Dra Júlia Leite: consultoria;

FUNAI e cacique Adolfo Timóteo: Autorização para realização do projeto na Reserva Guarani Rio Silveiras;

Lideranças comunitárias das comunidades da Costa Sul de São Sebastião: Vila Paraná (Juquehy), Baleia Verde (Baleia), Lobo Guará (Cambury), Sertão do Cacau (Cambury), Cascalho (Boissucanga);

Lideranças da Reserva Guarani Rio Silveiras e *Aldeia Tekoa Mirim;*

Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) de Bertioga: Consultas ao Sistema de Cadastro Único, dúvidas e orientações diversas; e

Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

[4] Vale a ressalva de que finalizamos o projeto com a contribuição efetiva de 27 colaboradores, considerando a saída antecipada de 3 voluntários ao longo do período, detalhados em tabela anexa (ANEXO 3)

[5] ANEXO 5 - Anúncio realizado pela plataforma Atados.

4. PÚBLICO ATENDIDO

O público atendido e de maior foco para o projeto foram famílias em situação de maior vulnerabilidade e risco, sendo que estas expressões “vulnerabilidade” e risco” figuram quase sempre juntas e nessa ordem, referindo-se à exposição de indivíduos e famílias a tais situações. A vulnerabilidade destas pessoas é enraizada e vem das próprias questões do ciclo geracional, das relações sociais, da dinâmica dos territórios e da qualidade/ ou da própria ausência de acesso às políticas públicas de forte impacto socioeconômico. Questões históricas agravadas com a chegada da Pandemia no Brasil e seus reflexões para as comunidades mais vulneráveis.

As condições de forte precariedade dos territórios em termos de acesso a equipamentos e serviços e a piora das condições adequadas - ou mesmo a ausência completa - de acesso a oferta de emprego, trabalho e renda a grande parcela da população brasileira refletiram impactos ainda mais agravados quanto aos riscos eminentes para as populações mais empobrecidas financeiramente, expondo dificuldades na manutenção de suas necessidades básicas que as permitissem inclusive o cumprimento das orientações sobre o isolamento social em suas residências.

A grande maioria destes núcleos familiares é composto por pessoas com um nível escolar baixo, renda mínima, muitos com filhos pequenos e uma mãe/pai ou parente idoso com a saúde fragilizada, vivendo em casas pequenas e em locais afastados dos grandes centros. Nem sempre essas famílias podem contar com a ajuda especializada ou mesmo com orientações simples sobre quais são os seus direitos enquanto cidadãos.

Neste sentido, o público prioritário foi indicado com base nestas considerações, a fim de que a atuação dos orientadores pudesse corresponder a oportunidade de acesso - sanando as principais dúvidas e nos processos de informações e procedimentos adicionais como emissão de documentos para exemplificar - possibilitando acesso ao auxílio emergencial.

Os atendimentos foram organizados e dividido em 4 módulos, onde cada módulo foi dedicado ao atendimento de 4 diferentes perfis, abaixo descritos com breve detalhamento:

NÚCLEO MORUNGABA

MÓDULO 1

Atendimento de **40 famílias** compostas, em sua grande maioria, por trabalhadores informais, na área de construção civil, vendas de artesanatos e vendas de produtos na praia, as quais foram atingidas pelas medidas de isolamento social impostas pelas autoridades, sendo assim ficaram impossibilitadas de exercerem suas atividades.

MÓDULO 2

Atendimento de **10 famílias** em situação de vulnerabilidade com o mesmo perfil do módulo 1 e que foram indicadas pelas famílias atendidas no primeiro módulo - através da indicação e vínculos existentes.

MÓDULO 3

Atendimento de **45 famílias** compostas por membros indígenas, muitos com dificuldade com a língua portuguesa e até mesmo sem acesso a celular e/ou internet o que dificultava a essas pessoas a realização do cadastro e o acesso ao auxílio emergencial.

MÓDULO 4

Atendimento de **10 famílias** em situação de vulnerabilidade nos mesmos moldes daquelas dos módulos 1 e 2, porém que foram indicadas pela equipe de voluntários (orientadores e coordenadoras).

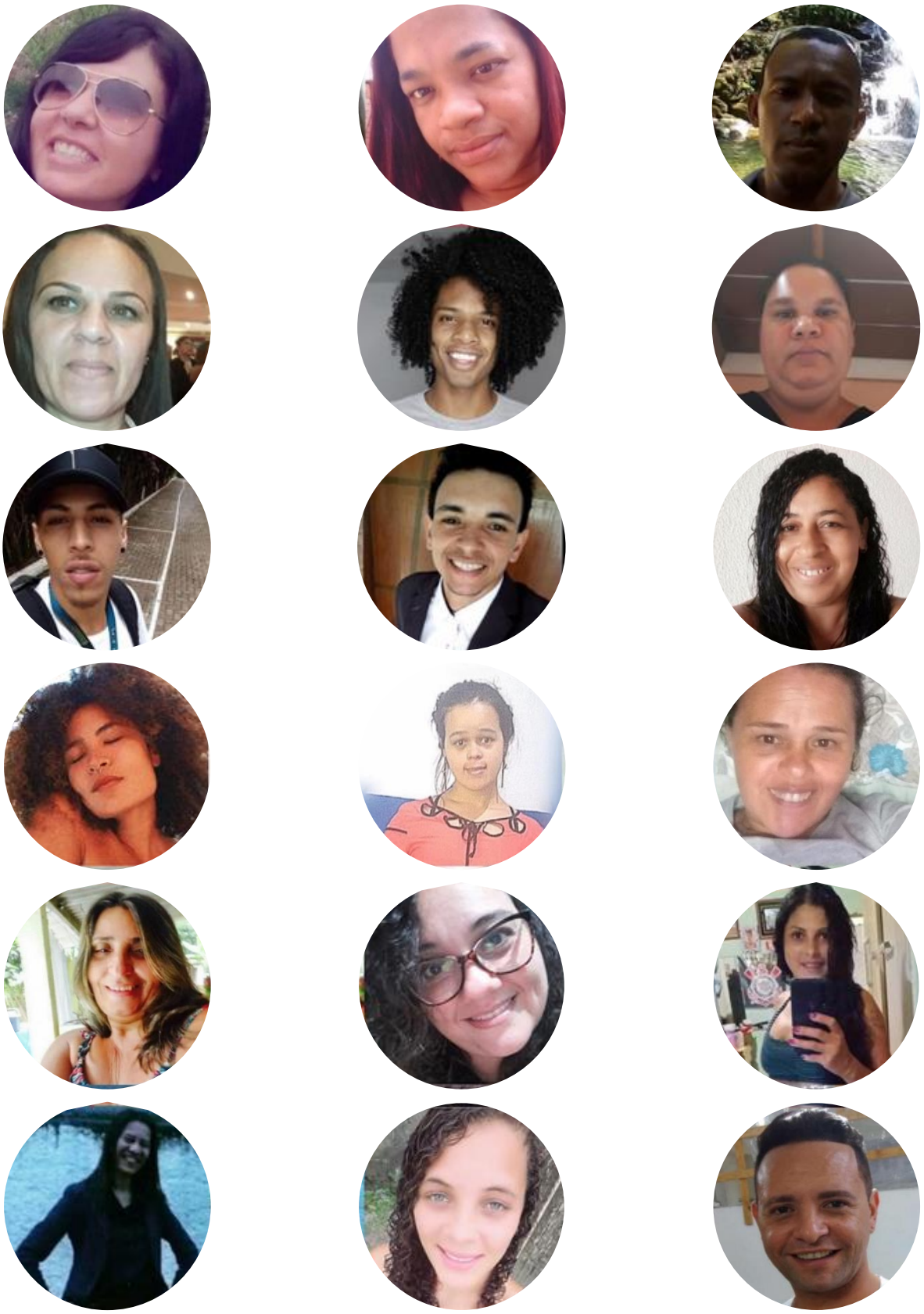


Figura 1 - Beneficiários (as) de São Sebastião

Figura 2 - Beneficiários (as) indígenas

5. METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS ADOTADOS

5.1. OBJETIVO E FINALIDADE

O projeto foi concebido com o objetivo de viabilizar o acesso à orientação e informações relacionadas com o auxílio emergencial.

Diante da situação-problema, que foi o agravamento das condições de subsistência das famílias em situação de vulnerabilidade, este projeto pretendeu apresentar soluções para uma das faces do problema, que trata do aspecto da desinformação e sobrecarga dos meios de informação oficial.

A proposta buscou oferecer apoio técnico e otimizar a possibilidade de acesso ao benefício àqueles que se enquadraram nos requisitos. Para tanto, houve implementação de ações direcionadas à garantia e qualidade da informação.

5.2. CRONOGRAMA DO PROJETO

O projeto foi desenvolvido no período de abril a junho do ano de 2020 (cronograma geral das atividades). A delimitação temporal teve por base o período para inscrição e acompanhamento das etapas do programa do auxílio emergencial de âmbito federal.

As atividades foram executadas seguindo alguns critérios definidos no corpo desta metodologia. Assim, o primeiro critério que influenciou a compartimentação foi a definição e priorização dos grupos para atendimento.

Partindo dessas informações, pode-se dizer que o cronograma foi constituído a partir de uma ordenação hierarquizada:

1. Cronograma geral: houve a definição das datas do cronograma geral, com início em 6 de abril de 2020 e término em 30 de junho de 2020.
2. Cronograma de atendimentos: dentro do período estabelecido pelo cronograma principal, foram definidos módulos para atendimento dos grupos familiares de acordo com suas características.
3. Cronograma de atividades administrativas: foram definidos eventos no decorrer das atividades finalísticas, que eram direcionados às equipes de atendimento, com o fim de compartilhamento de informações, diretrizes, esclarecimentos e alinhamentos.
4. Cronograma de encerramento e avaliação: intervalo destinado às ações internas dos integrantes da equipe de elaboração do relatório, bem como das equipes de trabalho para fornecimento de dados e subsídios.

5.3. ATENDIMENTOS E PRIORIDADES

Com vistas à operacionalização do projeto, houve definição de cronograma para atendimento seguindo a ordem estabelecida conforme o grupo de beneficiários. Assim, foram delimitados grupos com determinação cronológica (cronograma dos grupos), com divisão em quatro módulos distintos, conforme detalhamentos a seguir:

MÓDULO 1: PRIMEIRO GRUPO

Ciclo: 07/04/20 a 10/04/20

MÓDULO 2: SEGUNDO GRUPO

Ciclo: 13/04/20 a 17/04/20

MÓDULO 3: TERCEIRO GRUPO

Ciclo: 20/04/20 a 30/04/20

MÓDULO 4: QUARTO GRUPO

Ciclo: 04/05/20 a 15/05/20

5.4. INSTRUMENTOS DE COMUNICAÇÃO

5.4.1 WhatsApp

Aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas, ferramenta popularmente conhecida e escolhida em razão da facilidade para comunicação. Foi utilizada para os grupos de trabalho e dos assistidos.

5.4.2 Zoom

É uma plataforma que fornece serviços de conferência remota e possibilita videoconferências, reuniões online e colaboração móvel. Pela expertise é uma plataforma que possui muitas funcionalidades, o que facilita a condução de reuniões com grupos maiores. Foi utilizada apenas entre os colaboradores dos grupos de trabalho.

5.5. ESTRUTURAÇÃO E PLANO DE AÇÕES

A partir da definição do objeto e do recurso para amenização da questão, houve estruturação das etapas e métodos necessários para execução do projeto e consecução dos objetivos.

Desse modo, definiu-se o cronograma considerando os elementos e ações necessárias, estabelecidos em conformidade com os sujeitos envolvidos, ou seja, os grupos de assistidos e os colaboradores do projeto, dentro do prazo de execução.

Conforme destacado, o percurso foi dividido em quatro distintos módulos, conforme detalhamento programático a seguir:

MÓDULO 1

Período: 07/04 a 10/04

Atendimentos às famílias em situação de vulnerabilidade da Costa Sul de São Sebastião, que participam dos programas do Núcleo Morungaba (ocupação dos morros). Quarenta (40) famílias atendidas.

MÓDULO 2

Período: 13/04 a 17/04

Outras famílias indicadas da Costa Sul de São Sebastião. Dez (10) famílias atendidas.

MÓDULO 3

Período: 20/04 a 30/04

Famílias Indígenas da Reserva Guarani Rio Silveiras (Boracéia), da aldeia de Espírito Santo e da aldeia da Praia Grande. A maioria dessas famílias já vinham sendo atendidas, desde 2017, pelo Programa MeWe Morungaba. Quarenta e cinco (45) famílias atendidas.

MÓDULO 4

Período: 04/05 a 15/05

Famílias indicadas por nossa equipe, e outras. 10 famílias foram atendidas nesse módulo.

O período de 18/05 a 30/06 foi dedicado ao acompanhamento e encerramento dos processos e avaliação final do projeto com a elaboração do presente relatório, assim como o suporte pontual aos casos que permaneceram em análise e portanto, inconclusos, até a data proposta para encerramento no acompanhamento das sujeitos atendidos.

Ao longo do projeto, foram realizadas reuniões quinzenais entre os voluntários, algumas com a participação de todos, outras para o desenvolvimento da avaliação do projeto e para subsidiar a produção deste relatório final.

Abaixo a relação de datas reservadas para as reuniões gerais. As atas seguem como anexo a esse registro, ANEXO 6 - ATAS - REUNIÕES GERAIS.

1. 06/04, segunda feira - às 9h
2. 20/04, segunda feira - às 9h
3. 04/05, segunda feira - às 9h

A quarta e última reunião geral foi realizada em 29 de junho/2020, segunda feira, às 9h da manhã, com a finalidade de apresentação dos dados e discussão de avaliação sobre o projeto entre os envolvidos. O presente relatório será enviado aos orientadores para que tenham acesso às informações e aos resultados alcançados pelo grupo.

Outras duas reuniões foram realizadas com o intuito de organização dos dados e metodologia para a elaboração do presente relatório, quais sejam:

1. 18/05, segunda feira às 9h
2. 08/06, segunda feira às 9h

5.5.1. RAMIFICAÇÃO EM GRUPOS DE TRABALHO

Os colaboradores envolvidos no projeto foram inseridos em equipes, seguindo critérios de atribuição, à exceção do grupo geral. Além dos atendimentos realizados online por todos os voluntários (Equipe de orientadores), foram criados grupos para três distintas frentes de trabalho que atuaram de forma simultânea ao longo do projeto, quais sejam:

1. *Equipe Diretrizes:* composta pela gestora Renata e pelas coordenadoras, com responsabilidade de acompanhar e dar apoio ao trabalho dos orientadores além de pensar estratégias e diretrizes que auxiliaram na estruturação do projeto.

2. *Estudos e Pesquisas:* com objetivo de encontrar soluções para as questões levantadas pelos orientadores no decorrer dos atendimentos junto às famílias e elaboração de material para consulta: "Documento de Orientações de Referência", que segue na íntegra - através do ANEXO 7. Vale a ressalva de que o documento foi consolidado com a maior parte das instruções gerais e também mais específicas construídas a partir do núcleo de estudos e pesquisas e orientações de suporte para acesso a plataforma digital que permitisse o cadastro das famílias atendidas.

3. *Equipe do Relatório Final.* Responsável pelo levantamento, organização e análise dos dados das famílias atendidas e pela síntese do projeto incluindo metodologia, procedimentos do projeto, avaliações sistematizadas e pontos conclusivos sobre o trabalho desenvolvido.

Além das reuniões quinzenais realizadas por plataforma online (vídeo chamadas via aplicativo *Zoom*), os grupos também atuaram garantindo intensa comunicação e diálogos realizados através do aplicativo de mensagens instantâneas *Whatsapp*, pela seguinte subdivisão:

1. *Grupo Geral*: envolvendo todos os integrantes do projeto, para troca de informações, dúvidas e procedimentos.

2. *Grupo Diretrizes:* Gestora e coordenadoras

3. *Grupo de estudos e pesquisas*

4. *Subgrupos de atendimentos:* para cada beneficiário ou família atendida pelo projeto um subgrupo foi criado com a garantia de participação de (i) um orientador, (ii) um coordenador/ apoio e (iii) gestora do projeto, Renata, considerando seu contato anterior e/ou vínculos pré existentes no território, assim como, em casos necessário, a figura de (iv) um mediador para facilitar a comunicação. Assim garantimos a troca de informação entre os envolvidos com privacidade e particularidades de cada grupo familiar.

5. *Grupo do Relatório Final.*

5.5.1.1. COMUNICAÇÃO SISTEMÁTICA COM OS ASSISTIDOS

No detalhamento para a atuação dos orientadores nos subgrupos de atendimento onde as famílias foram acolhidas, cada responsável familiar foi incluído em um subgrupo de trabalho através do aplicativo *WhatsApp* formado por:

1. Beneficiário - representante da família;

2. Orientador (a): voluntário responsável pela orientação à família

3. Coordenadora/Apoio: orientador responsável pelo acompanhamento do atendimento e apoio no caso de dúvidas, quando solicitado pelo orientador.

4. Gestora Renata: para acompanhamento dos trabalhos e das informações tratadas;

5. Mediador (a): Quando necessário, uma pessoa próxima ao beneficiário (parente ou vizinho) que facilitasse a comunicação no grupo, considerando os casos onde o beneficiário não possuía telefone celular e/ou apresentasse dificuldades de comunicação - incluindo o domínio da língua portuguesa, já que o trabalho envolveu o atendimento às famílias indígenas. Mas vale a ressalva de que para muitos subgrupos a atuação de mediadores não se fez necessária.

Abaixo a relação de mediadores que atuarão em parceria com os orientadores para o apoio ao atendimento de algumas famílias.:

Em São Sebastião: Cilene, Anderson, Lucineia e Adriana.

Junto aos grupos indígenas: Liviane Ara, Diana, Amilton Werá, Renato, Cristine Takua, Valdecir, Mariano e Antônio.

5.5.1.2. PROCEDIMENTO DE ATENDIMENTOS

Os atendimentos foram delineados em etapas padronizadas. Dessa forma, tiveram como guia um roteiro pré-estabelecido, seguindo a ordem definida a seguir:

O subgrupo era iniciado por Renata que, num primeiro momento relatava à equipe de atendimento (apoio e orientador) as primeiras informações disponibilizadas à ela pela própria família. Após uma breve discussão o beneficiário era incluído ao grupo e aí sim o atendimento propriamente dito se iniciava.

Após uma breve apresentação dos membros do grupo, o orientador iniciava o diálogo com o beneficiário, ocorrendo por escrito, áudio e/ou por um telefonema. A forma mais eficaz de comunicação era estabelecida para facilitar os procedimentos necessários e o mais rápido acesso do beneficiário ao auxílio emergencial e outros procedimentos e orientações pertinentes.

O atendimento era iniciado com a apresentação pessoal dos colaboradores ao beneficiário/assistido na seguinte ordem: gestora, coordenadora/apoio e orientador(a).

A pessoa responsável pela orientação, após apresentação, seguia para o início do atendimento, onde havia a proposta de agendamento de horário para ligação, com vistas à apuração da situação e direcionamento do caso. No entanto, em busca da otimização do contato, o beneficiário poderia escolher por outra forma de comunicação inicial que se adequasse às suas necessidades: mensagem de texto ou áudio etc.

Quando a comunicação ocorria por meio de telefonema ou áudio, o orientador realizava uma breve descrição dos assuntos tratados por escrito para registrar a ação para todos os membros daquele subgrupo, inclusive para ampliar o acesso de informação à família, considerando a possibilidade de o beneficiário rememorar as instruções recebidas. Todos os registros poderiam assim ser consultados posteriormente pelo beneficiário ou mesmo pelos membros da equipe.

Os resumos registrados nesses subgrupos tiveram também a finalidade de garantir transparência e segurança nos atendimentos realizados, facilitando o entendimento dos beneficiários e das informações fornecidas e orientações encaminhadas.

O orientador tinha como objetivo esclarecer dúvidas com relação à solicitação do auxílio emergencial e, se necessário, auxiliar no preenchimento do cadastro, sempre que possível, realizado pelo próprio beneficiário ou mediador.

O fluxo de atendimentos seguiu a demanda que cada subgrupo gerou. Assim, as orientações tiveram relação essencialmente com as particularidades do benefício assistencial do auxílio emergencial, mas também com os desdobramentos advindos de sua solicitação.

Entendemos que a orientação sobre o funcionamento da plataforma digital e o acesso ao auxílio emergencial, se estendiam como um "exercício de cidadania" a ser fortalecido pelos envolvidos no projeto e em especial pela experiência do beneficiário, construindo uma ponte para a concepção de acesso a políticas públicas e direitos socialmente conquistados.

Na ocorrência de dúvidas ou dificuldades, o orientador estabelecia contato em conversa privada com a figura de apoio de seu subgrupo em questão e/ou compartilhava questões de interesse coletivo com o grupo geral.

Os atendimentos foram orientados pelos prazos do programa do auxílio emergencial e pelo cronograma deste projeto. Assim, a finalização de todos os atendimentos foi programada para encerramento na mesma data, mediante possibilidade de contato pontual para os casos que permaneceram sem resposta até a data de encerramento das atividades em geral.

Foi disponibilizado um "Documento Referência" contendo as principais instruções para preenchimento dos dados e comunicação com as famílias, bem como todo o material resultado das atividades de estudo e pesquisa do grupo dedicado a essa frente.

Além disso, sempre que surgem novas medidas pelo governo com relação ao auxílio emergencial são compartilhadas no grupo geral.

5.5.1.3. ENCERRAMENTO DOS ATENDIMENTOS

Os encerramentos dos atendimentos foram estruturados com cada orientador (a), de acordo com os subgrupos sob sua responsabilidade.

Foram formados grupos de encerramentos, vinculados aos orientadores, para que fossem mapeadas e finalizadas as pendências, minimizando a existência de resultados inconclusivos.

Ademais, também foram estruturados modelos para avaliação do projeto por parte dos interessados, assistidos e orientadores, para formulação de síntese avaliativa.

Por fim, os grupos de encerramento seguiram a seguinte estrutura:

- Criação do grupo pela gestora Renata com inclusão das pessoas relacionadas à orientação e a coordenação/apoio (três integrantes).
- Listagem dos subgrupos atribuídos ao orientador (a).
- Apresentação dos resultados ou pendências do subgrupo pelo responsável pela orientação.
- A gestora demandava informações sobre a possibilidade de finalização dos subgrupos com resultados satisfatórios.
- Anuência do (a) orientador (a) para encerramento do subgrupo e inserção de mensagem final com consulta acerca de dúvida remanescente.
- Se houvesse negativa quanto à existência de dúvidas por parte da família assistida, o (a) orientador (a) sinalizava à gestora a possibilidade de encerramento.
- Diante da concordância para finalização, a gestora lançava texto para encerramento, que era seguido de agradecimentos de ambas as partes.

O "texto síntese", continha a informação sobre o período do atendimento e destacava que as informações contidas no subgrupo eram de caráter confidencial[6].

Ao orientador foi solicitado uma avaliação do processo e resumo do atendimento[7].

[6] Estrutura da mensagem de encerramento dos subgrupos segue como registro em anexo - ANEXO 8.

[7] Mensagem final direcionada aos orientadores. ANEXO 9.

5.5.2 DETALHAMENTO SOBRE AS ATIVIDADES DE ENCERRAMENTO E AVALIAÇÃO

O período de 18/05/20 a 30/06/20 foi estipulado para acompanhamento e encerramento dos processos e avaliação final do projeto realizada, com a elaboração de um relatório. Nessa etapa foram inseridos os encerramentos dos atendimentos às famílias em seus respectivos subgrupos, a coleta dos dados e informações avaliativas com os orientadores e, por fim, a consolidação do relatório.

FASE 1: ENCERRAMENTO DOS SUBGRUPOS DE ATENDIMENTO.

Prazo: 10/06/2020

FASE 2: ENVIO DOS SUBSÍDIOS DE AVALIAÇÃO PELOS ORIENTADORES.

Prazo: 12/06/2020

FASE 3: CONSOLIDAÇÃO DOS DADOS E INFORMAÇÕES NO RELATÓRIO.

Prazo: 26/06/2020

FASE 4: APRESENTAÇÃO DA AVALIAÇÃO E RELATÓRIO.

Data: 29/06/2020

6. RESULTADOS: INFORMAÇÕES SÍNTESES

6. 1. PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS BENEFICIÁRIOS

O trabalho desenvolvido envolveu assistência direta à três grupos de indivíduos em situação de vulnerabilidade socioeconômica: (i) brasileiros não indígenas residentes da Costa Sul de São Sebastião (52,3%); (ii) brasileiros indígenas residentes de reservas na região de Boracéia e Bertioga (38,3%); (iii) brasileiros não indígenas residentes da Grande São Paulo (9,3%). Como se depreende do gráfico abaixo, mais do que a maioria dos assistidos é proveniente do grupo (i), seguido do grupo (ii) representando aproximadamente dois quintos dos atendidos, enquanto o grupo (iii) constitui o grupo com menor incidência.

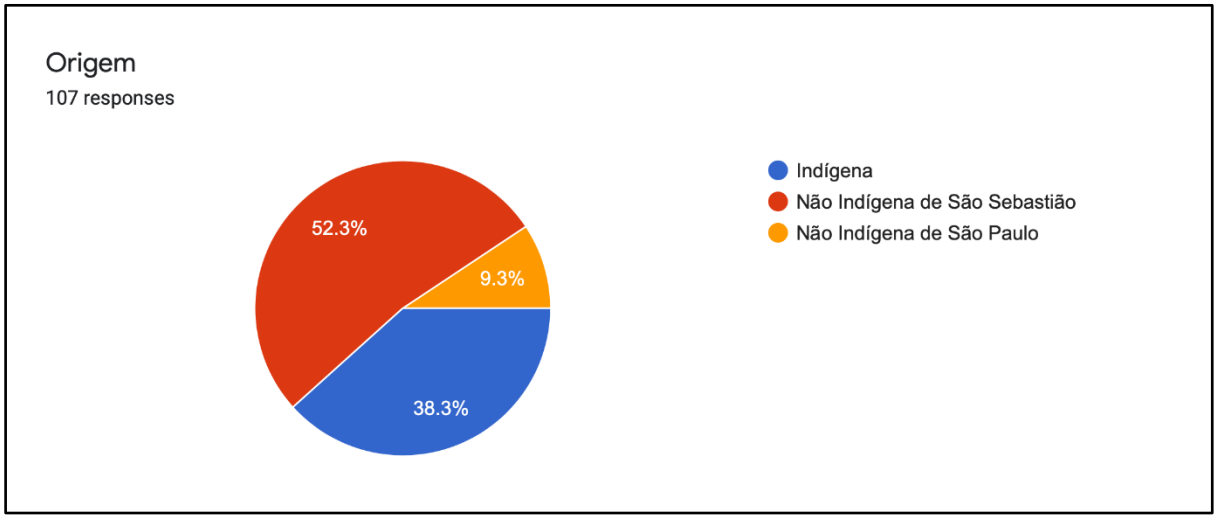


Figura 3 - Distribuição dos três grupos de indivíduos em situação de vulnerabilidade socioeconômica

Sobre os aspectos relativos ao fator de rendimento familiar e acesso ao Programa Bolsa Família, seguem gráficos com as informações coletadas junto ao grupo atendido.

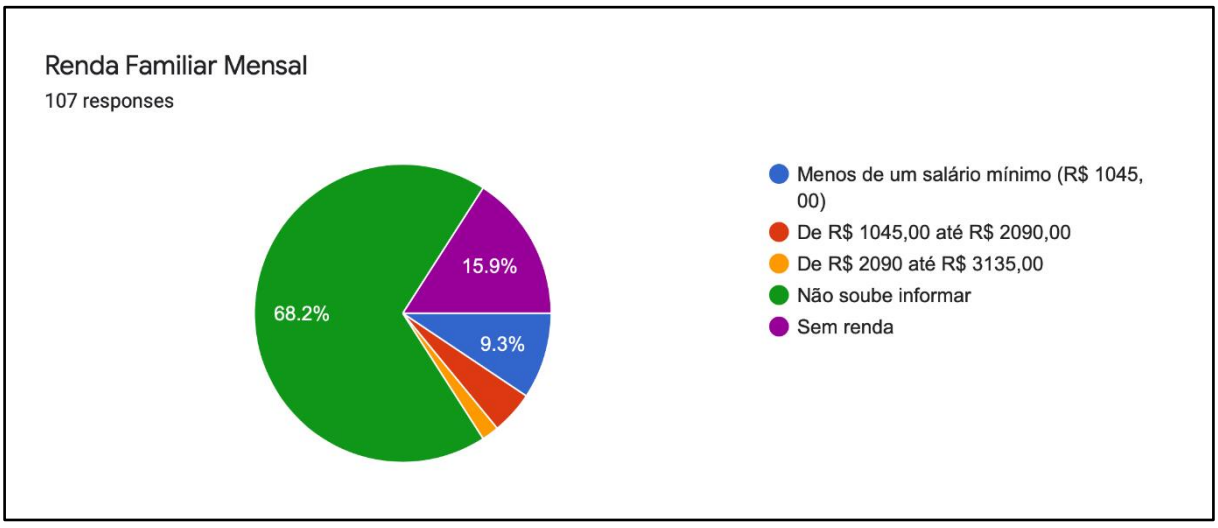


Figura 4 - Renda familiar mensal

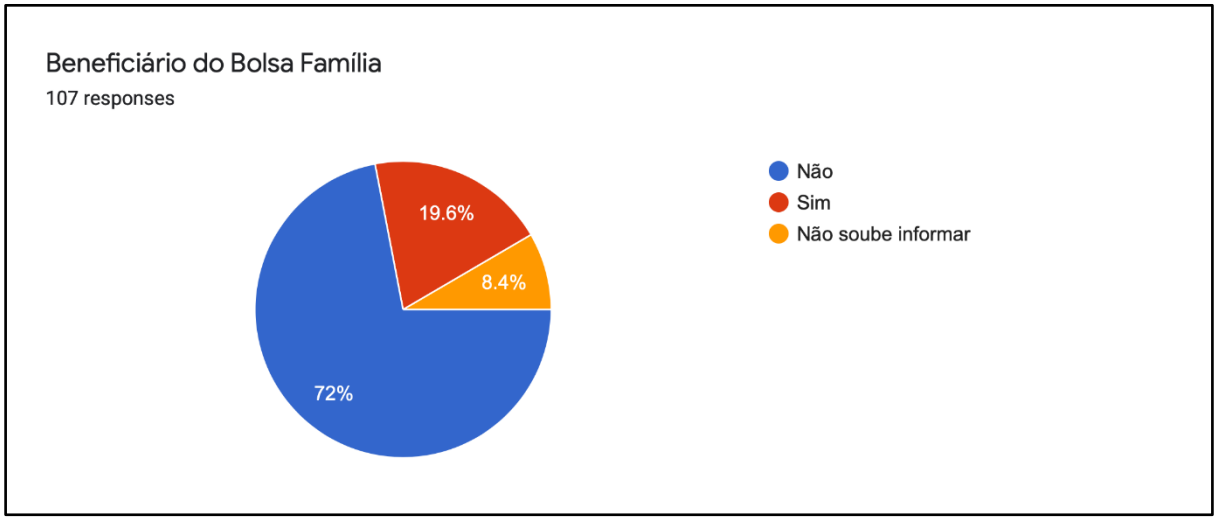


Figura 5 - Porcentagem de benificiários do programa Bolsa Família

Ainda que muitos dos assistidos não tenham providenciado informação acerca de sua renda mensal - o que se atribui a uma falta de familiaridade com o orientador e a delicadeza do tema -, da análise da Figura 5, contidas as informações possíveis a partir das entrevistas iniciais realizadas, pode-se constatar que cerca de 20% dos beneficiários possui renda familiar per capita menor ou igual a R$ 89,00 (oitenta e nove reais), base de valor utilizado como critério, e requisito financeiro, para o acesso ao Programa Bolsa Família - benefício que integra a política de Assistência Social no Brasil.

Através da mesma análise é possível concluir também que 52,3% dos beneficiários do Bolsa Família são indígenas.

Ademais, tem-se que praticamente 16% dos atendidos em geral não possui renda mensal. São eles em sua quase totalidade indígenas desempregados, cuja fonte de renda é constituída pela venda de artesanato, e portanto, o que não lhes fornecesse receita mensal fixa.

Estas informações explicitam um fato curioso quando interpretadas junto da planilha síntese de resultados (ANEXO 10), o de que apenas um dos assistidos sem renda informou ser beneficiário do programa Bolsa Família. Este dado não corresponde a uma expectativa inicial de que haveriam mais indivíduos inseridos no programa, tendo em vista que o segundo maior percentual se configura por indivíduos que se declararam sem rendimento, o que lhes qualificaria para o Programa Bolsa Família do ponto de vista financeiro. No entanto, há uma análise que pode justificar esse percentual e que expomos a seguir.

Mediante a análise da planilha síntese de resultados em comparação à Figura 4, constata-se que quase 90% dessa parcela sem renda está inscrito no CadÚnico. Diante disto, uma possível constatação para esta divergência entre a expectativa e a realidade dos dados pode ser a possibilidade do assistido estar incluso na composição familiar de outra pessoa responsável pelo Bolsa Família, ou, existir outro fator que o impeça de receber o benefício.

É válido registrar que para os casos de inclusão anterior no Cadúnico que antecederam a proposta de acesso ao auxílio emergencial, a inserção do beneficiário na plataforma digital não se fazia necessária, uma vez que a análise sobre sua condição e lugar ocupado em determinado grupo familiar era automaticamente analisada pela inclusão de seus dados na plataforma do Cadúnico, ferramenta utilizada pelo Ministério de Desenvolvimento Social como banco de dados e sistema de gerenciamento de informações para acompanhamento de políticas sociais no país.

Com relação aos beneficiários cuja renda mensal é inferior a um salário mínimo (R$1045,00), tem-se que eles representam 9,3% de todos os atendidos e cerca de 30% daqueles que informaram a receita familiar e são em sua maioria absoluta pertencentes ao grupo (i), cujo trabalho informal está relacionado à indústria turística da região, com a predominância de atividades como: empregada doméstica, caseiro, ambulante e vendedores de barracas na praia.

Destaca-se que não existe nenhuma pessoa do grupo (iii) dentre eles. Já os assistidos que recebem mais de um salário mínimo por mês formam 6,6% do total, o que significa um quinto daqueles que informaram a renda mensal, representando sete núcleos familiares que se originam dos três grupos atendidos.

Por fim, observa-se na Figura 6 - Porcentagem de assistidos inscritos no CadÚnico, que praticamente a metade dos assistidos estava inscrito no CadÚnico e dois quintos deles já estavam enquadrados como beneficiários do Programa Bolsa Família. Levando em consideração que 56,6% dos inscritos no Cadúnico são indígenas e munidos das informações contidas na planilha sobre a síntese de resultados (ANEXO 10), conclui-se que 36,7% desses assistidos do grupo (ii) são beneficiários do Bolsa Família.

Os demais membros do grupo podem estar caracterizados na composição familiar de outros sujeitos que figurem como responsável familiar em registros na plataforma, ou mesmo já terem sido beneficiados pelo auxílio ou mesmo outro benefício da política de assistência ou da política previdenciária, o que explicaria a inscrição ativa no CadÚnico.

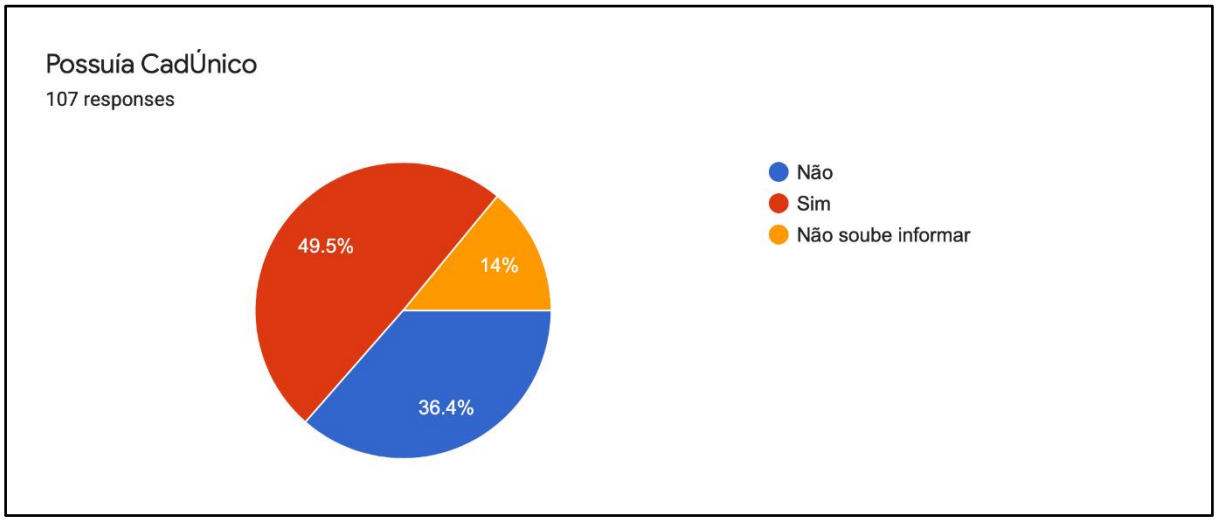


Figura 6 - Porcentagem de assistidos inscritos no CadÚnico

Os demais beneficiários incluídos no CadÚnico pertencem ao grupo (i), portanto, infere-se que os assistidos não indígenas de São Paulo não estavam inseridos no Cadastro Único, ou não souberam informar. Este dado explica a ausência de membros deste grupo (iii) dentre os beneficiários do Bolsa Família.

6.2. ATENDIMENTO REALIZADO PELOS ORIENTADORES

Sobre a atuação direta dos orientadores e os atendimentos realizados, temos, a partir do que pode ser verificado pela Figura 7 - Atuação do orientador , que atingimos a marca de 70% de atuação direta dos orientadores com acompanhamento às famílias no passo a passo para efetivação da solicitação quanto ao recebimento do auxílio emergencial. Os demais caracterizavam-se por famílias já incluídas no sistema do Cadastro Único, e portanto, que tal procedimento não se fez necessário, e partiu-se para a ação de orientação sobre os procedimentos seguintes quanto ao acompanhamento de retorno das análises, assim como apoio e orientações sobre temos complementares ao auxílio emergencial, tais como, orientações sobre direito previdenciário, acesso a emissão de documentos de identificação e outras questões depreendidas das vínculos que foram fortalecidos entre sujeitos atendidos e orientadores voluntários.

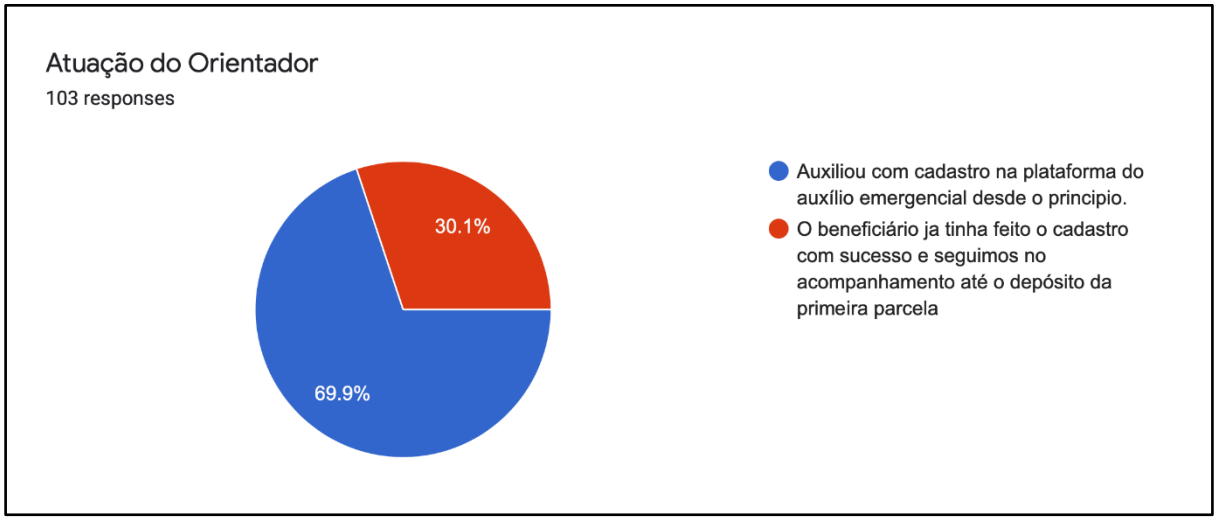


Figura 7 - Atuação do orientador

Sobre o aspecto de atuação dos orientadores junto às famílias para auxílio quanto a orientação, necessidade, procedimentos e acesso a serviços responsáveis pela emissão de documentos pessoais, notasse que o processo se consolidou de maneira determinante para a sequência dos resultados posteriores, considerando a emissão de determinados documentos - a exemplo do que se constitui a regularização do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) de caráter obrigatório para acesso aos sistemas das diversas políticas públicas no Brasil.

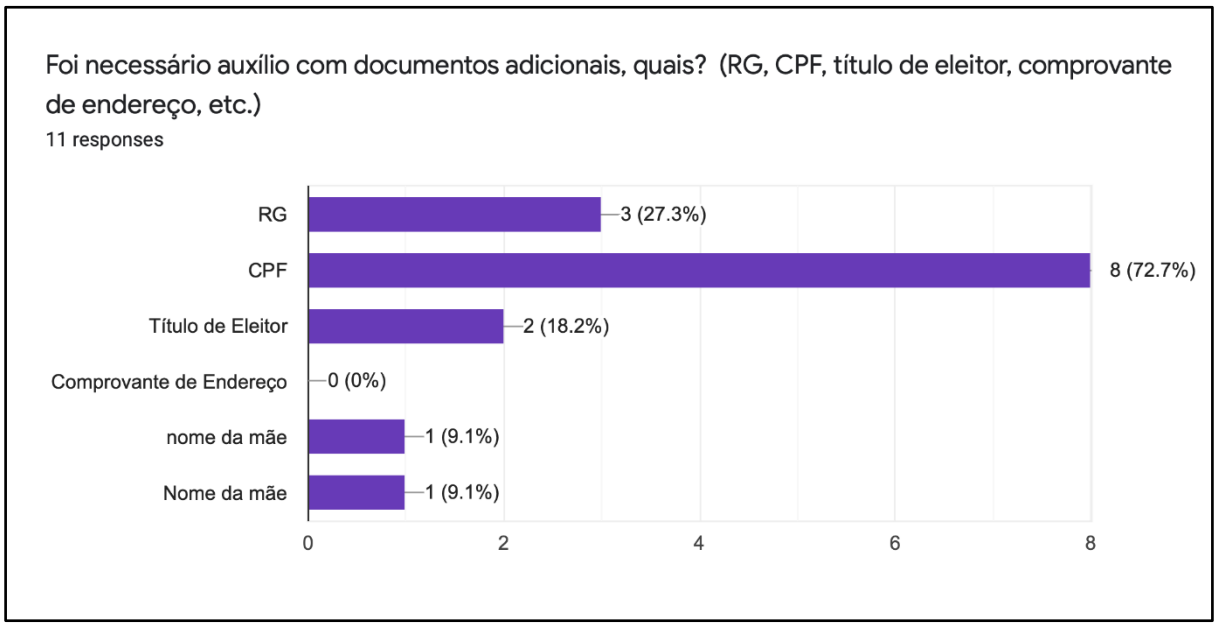


Figura 8 - Necessidade de documentação adicional

O gráfico acima demonstra que foi exatamente o CPF - necessidade de sua emissão ou regularização - uma atividade importante para parte dos orientadores, já que necessitavam deste passo para a realização dos passos seguintes.

Assim também ocorria junto a família, a orientação sobre a necessidade de manutenção desses documentos *"à mão"* (no sentido de estarem disponíveis) a qualquer tempo histórico, considerando o significado de conferir-lhes condição de acesso a serviços/ equipamentos, programa e projetos vinculados às diversas políticas públicas no país.

6.3. RESULTADOS

A seguir, estão condensadas algumas avaliações sobre os resultados efetivos quanto ao acesso das famílias assistidas aos recursos relativos ao auxílio emergencial, assim como algumas análises sobre os dados que indicaram justificativas às situações de não enquadramento dos sujeitos atendidos ou mesmo razões sobre a negativa de acessos, caracterizados pelos casos não aprovados na plataforma digital.

De antemão, poderíamos destacar como elemento de maior relevância, que superamos a marca de 66% dos assistidos com auxílio emergencial aprovado, sem considerar alguns casos de resultados positivos recebidos após o prazo de encerramento dos trabalhos de acompanhamento, não contabilizados pela planilha síntese, mas que se somam ao percentual acima indicado.

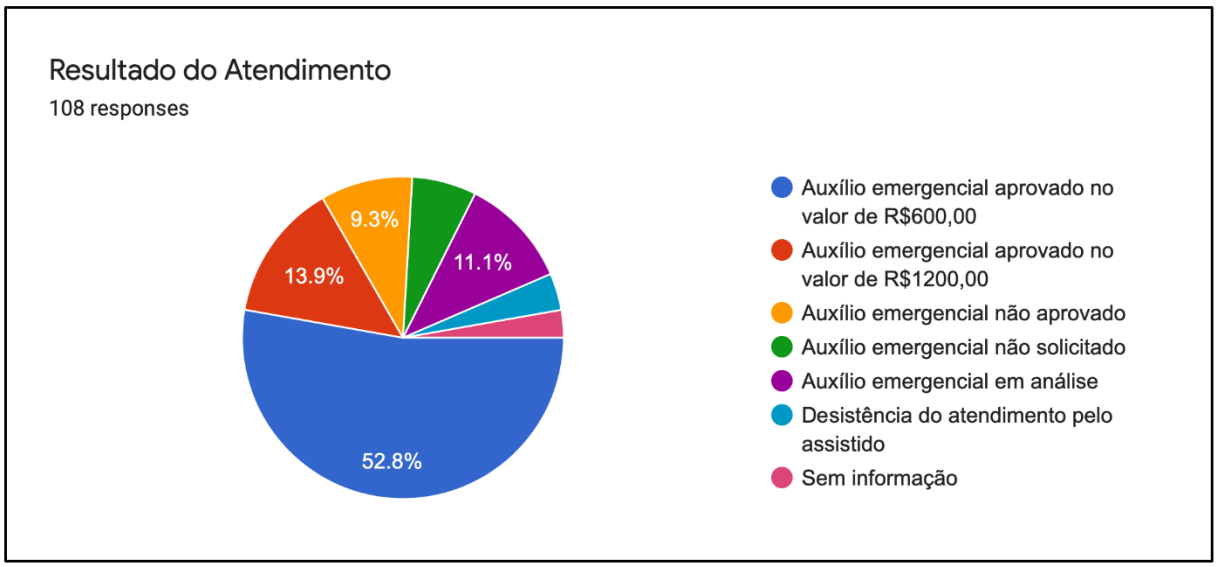


Figura 9 - Resultados efetivos do acesso aos recursos do auxílio emergencial

6.3.1. Motivos para a não solicitação do benefício

De acordo com a Figura 9 acima, em 6,5% dos casos atendidos não foi solicitado o auxílio emergencial.

Da análise dos resultados obtidos, podem se observar as seguintes justificativas para a não solicitação:

O que se vê é que, durante o atendimento, os orientadores precisavam também analisar, junto às famílias atendidas, se de fato os requisitos para receber o benefício se encontravam presentes.

É o caso, por exemplo, dos pedidos não solicitados em função da existência de contrato de trabalho (dois casos). Ainda, o recebimento de outro benefício do governo, por si ou por algum familiar com o qual o atendido já se encontrava cadastrado através da plataforma do Cadúnico.

Portanto, o recebimento de outros benefícios socioassistenciais - exceto os recursos advindos do Programa Bolsa Família - também se configuram como impeditivo de acesso ao auxílio emergencial. É o caso de recebimento de aposentadorias ou pensões, assim como recursos do Benefício de Prestação Continuada - e mesmo, como já citamos - o fato de se estar vinculado ao Cadastro Único de outro membro familiar que se configure responsável pela família e que já estivesse enquadrado sobre os critérios para recebimento de recursos pelo Programa Bolsa Família. Na prática, neste último caso, automaticamente o sistema se propunha a identificar quantas cotas do auxílio emergencial deveriam ser destinadas àquela determinada família.

Também não foi realizado o pedido na situação em que outra pessoa da família já havia recebido o auxílio emergencial e também se identificou um caso de indígena em que a FUNAI, enquanto parceira, assumiu o acompanhamento por questões que se faziam necessárias.

Esses resultados corroboram para o fato de que, além da orientação na realização do cadastro propriamente dito e acompanhamento do recebimento do benefício, houve um trabalho relevante dos orientadores em auxiliar as famílias atendidas a identificar a possibilidade de solicitar o benefício e compreender de fato os requisitos exigidos e os casos concretos em que não cabia o cadastramento na plataforma.

Níveis de acolhimento diferenciados foram estabelecidos e mesmo nas situações de não enquadramento para a solicitação do auxílio, o acolhimento ao grupo familiar ocorreu de forma processual e respeitando as informações e dúvidas trazidas pelos assistidos.

Nos foi possível compreender, que na grande maioria dos casos, as famílias atendidas tinham pouca ou nenhuma informação clara sobre quais seriam os seus direitos - tiveram conhecimento do auxílio que seria prestado pelo governo, mas sem material de apoio ou uma rede de serviços disponíveis - até mesmo pelo contexto e necessidade de isolamento social frente ao quadro de pandemia - para maiores detalhes sobre o que, como, e quem poderia acessar o recurso.

Está demonstrado, portanto, que desde o princípio as orientações oferecidas às famílias tiveram um significado que supera a realização do cadastro e posterior obtenção concreta de recurso financeiro pelo auxílio emergencial, o que se reforça diante das devolutivas recebidas, conforme mais adiante será pormenorizado.

6.3.2. Motivos para a negativa do benefício

Foram 10 (dez) os casos de negativa do auxílio emergencial. Dentre os motivos informados para a não aprovação, demos destaque aos registros realizados pelos orientadores ao longo da sistematização de devolutivas, conforme segue abaixo:

1.	Auxílio pago a um familiar. A razão da negativa (auxílio pago a familiar) não estava correta e tentamos resolver a situação, sem sucesso. Possibilidade de fraude. Indicamos caminhos para denúncia e canal de contato da Defensoria Pública.
2.	Auxílio pago a familiar
3.	Possuía vínculo empregatício
4.	Auxílio pago a um familiar através do cadastro no Cadúnico e recebimento anterior de recurso do Programa Bolsa Família.
5.	Recebimento de auxílio doença.
6.	Auxílio pago a familiar.
7.	Cadúnico desatualizado (constava ainda no cadastro da família).
8.	Auxílio pago a familiar.

(Respostas fornecidas pelos orientadores)

Dois dos casos de negativa se referem a aspectos relacionados aos requisitos para obtenção do benefício: existência de vínculo empregatício e recebimento de auxílio doença. O que se infere daí é que alguns casos em que não havia a clareza sobre a possibilidade ou não do recebimento, o pedido foi solicitado para que, posteriormente à análise, se tivesse certeza sobre o não preenchimento dos requisitos.

Como já abordado no item anterior, de fato a falta de clareza e/ou informação foi uma questão enfrentada pelos orientadores - muitas vezes as próprias famílias atendidas, por meio de seus representantes, não tinham todos os dados e sua própria situação bem compreendida do ponto de vista dos enquadramentos aos critérios, o que impedia que se identificasse, logo no início do atendimento, a ausência de preenchimento de todos os requisitos que autorizasse o recebimento do benefício.

Como se observa do quadro acima, a maioria das negativas se deve ao pagamento do benefício a familiar, fosse ele beneficiário do Bolsa Família ou simplesmente já inscrito no Cadúnico. Aqui, podemos inferir que dois fatores se mesclavam: (i) as famílias atendidas nem sempre tinham clareza sobre o cadastro único de algum membro da família, se estava atualizado ou não; (ii) no início do funcionamento do auxílio emergencial, tampouco havia clareza por parte das autoridades responsáveis sobre como se procederia nos casos em que a família estava cadastrada já no sistema do Governo Federal e quando mais de um familiar teria direito ao benefício (se seria necessário realizar o cadastro, ou se o pagamento de duas cotas seria realizado automaticamente).

Diante da insegurança quanto a esses dois pontos, a opção foi por realizar o cadastro, o que também acolhia a ansiedade e insegurança das próprias famílias atendidas.

A questão do Cadúnico, em um dos casos acima relatados, reflete a realidade de muitos: a composição familiar se altera, porém os dados no sistema não são atualizados pelo familiar responsável, o que ao final prejudicou o recebimento do benefício.

Por fim, observamos o relato de um caso em que, com a negativa do benefício por "auxílio pago a familiar", houve a suspeita de fraude - situação em que o alcance da atuação do orientador se via limitada, na medida em que o único caminho seria a orientação de como proceder denúncia e o canal de comunicação com a Defensoria Pública. Esse caso é uma amostra de algo recorrente que ocorreu com pedidos de benefício realizados, conforme amplamente noticiado pela mídia: a fraude no sistema do cadastro do auxílio emergencial.

Infelizmente, isso tornou ainda mais delicada e difícil a realidade enfrentada por essas famílias nesse momento de pandemia, sinalizando os muitos desafios que o programa do auxílio emergencial apresentou, muitos dos quais vivenciados pelos orientadores e famílias atendidas pelo presente projeto.

De todo modo, mesmo a negativa do benefício não anulou o trabalho realizado pelos orientadores - é reconhecida a ajuda e orientação oferecida, o que se confirma diante das avaliações recebidas pelas famílias, conforme se observará adiante.

6.3.3. Resultado dos atendimentos

O auxílio emergencial concedido pelo Governo Federal em razão da pandemia da Covid-19 foi solicitado por pessoas físicas de categorias diversas. A análise do grupo assistido realizada pela equipe de colaboradores voluntários, permitiu concluir que mais da metade dos solicitantes se enquadravam na categoria “não indígena de São Sebastião” (52,3%), a metade remanescente se enquadrava em “indígena” (38,3%) e “não indígena de São Paulo” (9,3%).

Outro destaque relevante se observou quando a maior parte dos pleiteantes não se enquadram entre os beneficiários do Programa Bolsa Família (72%) a despeito de estarem no Cadastro Único, ferramenta de base de dados que é utilizada pelo Governo Federal, pelos Estados e pelos municípios para implementação de políticas públicas capazes de promover a melhoria da vida de famílias brasileiras consideradas em situação de pobreza e de extrema pobreza, conforme categorização em lei.

Mais da metade dos requerentes teve o pedido de auxílio autorizado, precisamente, 66,7%, sendo que 52,8 correspondem a aprovação do valor de R$600,00, e 13,9% correspondem ao recebimento de R$1.200,00. Porém, é possível dizer que diante da crise sanitária que o mundo tem enfrentado com graves reflexos na vida econômica global, situação esta agravada ainda mais nos países em desenvolvimento como é o caso do Brasil, onde prevalece, de forma permanente, a falta de políticas públicas decentes para o menos favorecido, admira-se que o resultado positivo dos pedidos tenha sido tão baixo, pouco mais da metade

Compilando as informações dos pedidos analisados, é possível aferir que:

- pouco mais da metade dos pedidos, ou seja, 52,8% obteve resposta positiva do Governo em seiscentos reais;
- 13,9% dos pedidos foi aprovado no valor de um mil e duzentos Reais, ou seja, pedidos feitos na condição da beneficiária ser "mulher chefe de família";
- 11,1% dos pedidos permanecia ainda sob análise quando da finalização deste projeto (10/06/2020);
- 9,3% dos pedidos não foi autorizado;
- 12,9% se refere aos atendimentos com resultados categorizados como "outros" consistentes em atendimentos de assistidos que não deram entrada no pedido de benefício, outros casos em que o grupo de voluntários não foi mais noticiado sobre o andamento do pedido pelo próprio assistido etc.

Diante das considerações acima, em relação aos resultados dos pedidos realizados pelos assistidos, limitados à análise deste Projeto, exclusivamente, é possível concluir que, mais da metade dos pedidos foi autorizado, mas que tais pedidos autorizados são poucos ante a realidade brasileira.

Ademais, embora "somente" 11% dos pedidos encontrassem ainda sob a análise do Governo ao término deste projeto, é importante destacar que tal percentual é relevante ao se ponderar que o Projeto contemplou uma duração razoável, ou seja, três meses. Nesse sentido, houve pedidos em que não houve nenhum posicionamento do Governo, mesmo após o transcurso de sessenta dias, em média. Em tese, um programa assistencial dessa natureza deveria ser mais célere para atender necessidades primárias como as de natureza alimentar.

Interessante destacar também que, para um país em desenvolvimento como o Brasil, cuja realidade social é pautada em gritante e desigual distribuição de renda, além de escassa oferta de políticas públicas assistenciais, permite-se concluir que o resultado favorável dos pedidos se concentrou em poucas pessoas mas trouxe grande mobilização de voluntários, motivados pela solidariedade humana para minimizar os efeitos da crise sanitária que assola o mundo. Há caminhos a percorrer.

7. AVALIAÇÃO FINAL

INCLUINDO AS AVALIAÇÕES FEITAS PELOS ORIENTADORES E PELOS BENEFICIÁRIOS.

Gratidão e satisfação - é o que a grande parte das famílias beneficiadas e orientadores que participaram do projeto sentiram, mediante os depoimentos e mensagens coletadas pela equipe após o encerramento dos trabalhos.

Do contato e conexão de uma família com um orientador, criou-se a positividade e carinho, com apenas poucas palavras e uma ajuda pontual em alguns casos. O conhecimento, em algumas situações, já estava ali presente para cada família, o que faltava era segurança. A segurança de como seguir, de por onde começar e do que esperar quanto ao retorno sobre a possibilidade de acesso ao auxílio emergencial.

Cada orientador foi, ao longo do processo de atendimento, em cada um de seus subgrupos, envolvido em uma história particular da família que estava atendendo - e, assim, quando percebíamos, estavam todos do mesmo lado se ajudando e apoiando para que o esperado auxílio emergencial chegasse logo a família. Trabalhoso, sim. Rápido, em alguns casos. Mas em algumas situações, a demora foi grande e os processos e procedimentos mais complexos. Em outros, a rapidez e agilidade chegou a impressionar.

No final e o que de mais bonito será levado do projeto, é o fato de que a gratidão e a satisfação não vieram somente das famílias que tiveram o auxílio aprovado. Vieram de famílias que se sentiram acolhidas, abraçadas e apoiadas pelo projeto. E não foram poucas!

Diego, morador de São Sebastião, assim falou: *"(...) quero agradecer por toda a ajuda que vocês me deram para me cadastrar e receber o auxílio emergencial. Tenho certeza que não seria nada fácil se fosse para fazer sozinho. Muitíssimo obrigado por vocês participarem desse projeto incrível e parabéns pela eficiência"*. Diego recebeu o auxílio.

Já Anderson, também morador de São Sebastião, registrou: *"Agradeço a todos pelo esforço em ajudar o próximo. Que Deus possa recompensar vocês por esse gesto incrível de ajudar as pessoas, mesmo que o meu benefício não tenha dado certo só de ter o apoio de vocês já vale muito"*. Anderson não recebeu o auxílio e, mesmo assim, se sentiu acolhido.

Tivemos um retorno de Fabio Mirim, um dos indígenas atendidos pelo projeto: "*Meu nome é Fábio Mirim Samuel Macena, sou indígena do povo guarani. Minha aldeia fica localizado na divisa dos municípios de Bertioga e São Sebastião do Estado de São Paulo. Então, nesse tempo tão difícil que vivemos atualmente, por causa do vírus Covid-19, eu tive muitas dificuldades de entender em alguns aspectos do auxílio emergencial do governo federal, no entanto, através de amigos conheci a Renata, uma pessoa extremamente extraordinária que me ajudou sem pedir nada em troca do seu apoio, e criou um grupo de apoio e me ajudou a entender, e de como adquirir o auxílio emergencial. Realmente foi de uma grande ajuda para que eu pudesse ser contemplado pelo Governo Federal. Eu só tenho a agradecer as estas pessoas abençoadas, que me ajudaram na dificuldade de entender melhor sobre o auxílio emergencial. Fica aqui minha maior gratidão pela Renata e seu grupo de apoio! Continuem fazendo a diferença".*

A troca e sensação de satisfação veio também dos orientadores.

Milton, que nos acompanhou ao longo de todo o projeto, por exemplo, e que nunca havia atuado no terceiro setor, se sentiu impactado pelo projeto e escreveu sobre o trabalho desenvolvido: *"Foi uma experiência muito interessante! Eu nunca havia atuado em instituições do terceiro setor. Pude me sentir mais próximo das dificuldades corriqueiras de milhões de famílias brasileiras, como, por exemplo o acesso à internet. O alívio dessas famílias quando receberam o auxílio, depois da minha ajuda, fez com que eu me sentisse uma pessoa melhor e me inspirou a seguir nesse caminho".*

Juliana também achou a experiência incrível, quando assim avaliou o projeto: *"Uma experiência incrível, poder estar próxima das famílias e poder dispor um pouco do nosso tempo para ajudar o coletivo. A Renata tem uma história incrível e uma missão grandiosa com esses projetos. Sou grata por ter participado!".*

Essas e as demais avaliações recebidas pelo projeto estão compiladas, em formato de tabelas, ANEXO 11.

Que o sentimento de gratidão se perpetue!

1. CURRÍCULO RESUMIDO RENATA

RENATA MACEDO SOARES

Idealizadora e Fundadora do Núcleo Morungaba

FORMAÇÃO ACADÊMICA

1. Graduação em fonoaudiologia. (1978-81) PUC-SP

2. Pós Graduação: Distúrbios da Comunicação. (1982-83) PUC-SP

   Obtenção do Título de Mestre em Distúrbios da Comunicação

   Dissertação: Dança /Arte do Movimento para crianças Deficientes Auditivas. (1987)

3. Extensão Universitária: Especialização no ensino da Dança Educativa para Crianças e Dança para Pessoas com Deficiências. (1985-86)

   Laban Centre for Movement and Dance/Londres

PRINCIPAIS ATIVIDADES PROFISSIONAIS

1. Associação Morungaba (2000-2015)

Foi presidente e supervisora dos projetos da Associação Morungaba, organização não governamental (ONG), sem fins lucrativos, legalmente constituída e sediada na cidade de São Paulo.

2. Núcleo Morungaba (1989 - 2017)

Foi idealizadora, fundadora e Coordenadora do Núcleo Morungaba - Espaço de Corpo, Arte e Convivência.

ATIVIDADE PROFISSIONAL ATUAL

1. MeWe Morungaba

   Programa que busca o encontro entre as pessoas na diversidade, visando inclusão, respeito e valorização humana. (2017 - até hoje).

2. NÚCLEO MORUNGABA

Acreditamos no fortalecimento das pessoas para que, cada uma delas, possa ser a força transformadora de suas vidas.

Juridicamente falando iniciamos como uma micro empresa, o Núcleo Morungaba, nossa primeira parceria foi com a FEBEM, que no início dos anos 90 acolhiam bebês, crianças e jovens até 17 anos em situação de abandono ou maus tratos. Ao mesmo tempo, iniciamos o trabalho de dança educativa e dançaterapia na sede/casa, que acolhida a família da Renata e abria as portas para outras famílias, que participavam das atividades culturais e sociais.

Os espaços públicos da cidade de São Paulo (Centro Cultural São Paulo, bibliotecas Infanto juvenis e parques) também foram ocupados pela equipe de voluntários e estagiários não remunerados e assim atendíamos, gratuitamente, quem não tinham condições financeiras.

Para ampliar as ações gratuitas foi fundada a Associação Morungaba (2000-2015).

Foi um período de muito trabalho com a prefeitura da cidade de São Paulo, pelas Secretarias de Educação, Cultura e Esportes.

A Associação Morungaba realizava projetos gratuitos em espaços públicos ou abrigos.

O Núcleo Morungaba atendia na sede/casa as famílias que podiam colaborar financeiramente.

Em 2017, encerramos, juridicamente, o Núcleo Morungaba, e desde então estamos trabalhando como num coletivo de pessoas voluntárias.

Em São Sebastião, no ano de 2017, fundamos o “grupo nós”, que hoje reúne 96 pessoas. Sem nenhuma entidade, política, religiosa ou institucional, nosso trabalho social se dá com a união de cada um.

Esse grupo vem realizando até hoje (2020) várias ações em conjunto com as lideranças comunitárias da região de Boissucanga à Boraceia.

Em São Paulo, atualmente (2020) atendemos jovens e adultos com deficiência intelectual (síndrome de down e outras) através das artes e ações de cidadania; e crianças e jovens em situação de acolhimento do SAICA Roberto Borghi.

Recebemos colaborações financeiras dos participantes que tem condições, mas nossa grande força hoje é o voluntariado!

3. RELAÇÃO DOS VOLUNTÁRIOS ENVOLVIDOS

VOLUNTÁRIOS	OBSERVAÇÃO
Amanda Mauro	
Ana Clara Ormos Windmüller	
Athaise Torres Ricarte	
Beatriz Dib Nami	
Bianca Schunemann Cavalcante	
Danilo Benedetti Antonini	
Fernanda Galhardo Carpanelli	
Gláucia Dias de Faria	
Haloa Reuben	Atuação a partir de 20/04
Heloisa Pinheiro de Castro Simão	
Irene Jacomini Bonetti	
Isabela de Siqueira Barbosa	
Jéssica Alessandra Bueno	
João Vicente Fernandez Pereira	Atuação a partir de 20/04
Julia Masini Pereira Barretto	
Juliana Bernardo	
Julieta Mussi de Almeida Christiano	
Luiz Fernando da Silva Toledo	
Maraísa Rosa Cezarino	
Marina Giovedi Arnoldi	Atuação a partir de 20/04
Milton Paulo de Carvalho Neto	
Pamella Carolina Ribeiro Kim Santos	
Pedro Henrique Silva Rizzo	
Poliana de Castro Sousa Perina	
Rafael Teodoro Pedroso	
Rafaella Gatas	Atuação até a data de 14/04
Renata Macedo Soares	Gestora
Rosseline Alves	Atuação até a data de 27/04
Vanessa Bulara	
Vivian Sampaio Gonçalves	

4. MINI-CURRÍCULOS DOS VOLUNTÁRIOS PARTICIPANTES DO PROJETO

AMANDA MAURO

Formada em Direito pela PUC, tem experiência em projetos e trabalhos voltados ao mundo do meio ambiente, da sustentabilidade e da educação. No mundo do Direito, passou pelo setor público, em grupos de trabalho voltados a populações vulneráveis na Defensoria Pública, e privado, atuando em escritórios com foco no Direito Ambiental e da Biodiversidade. Hoje atua como advogada e consultora em projetos de meio ambiente, biodiversidade e direitos humanos.

ATHAISE TORRES RICARTE

Advogada, com formação em Administração de Empresas e Direito. Atua com temas relacionados a impostos e relações trabalhistas. Atualmente, é gerente Sênior de consultoria tributária e trabalhista com foco no apoio em processos de fusões e aquisições. Mora em São Paulo-SP.

ANA CLARA ORMOS WINDMÜLLER

Mora São Paulo/SP. Recém formada em Direto pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Atua como profissional liberal.

BEATRIZ DIB NAMI

Mestre em Direito Econômico e Economia Política pela USP. Bacharel em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Advogada e assistente acadêmica. Mora em São Paulo-SP.

BIANCA SCHUNEMANN CAVALCANTE

Graduada em Direito pela Universidade Estadual de Londrina e Pós-Graduada em Direito Processual Civil pelo IBMEC. Atualmente atua como advogada e juíza leiga. Mora em Ponta Grossa-PR.

DANILO BENEDETTI ANTONINI

Formado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) em dezembro/2019. Realizou intercâmbio acadêmico na North Posey High School - Indiana - EUA, (American High School). Trabalhou como estagiário nos escritórios Carvalho e Silva & Bdine Advocacia; Carvalho, Sica, Muszkat, Vidigal e Carneiro Advogados; Lazzareschi, Hilal, Bolina e Rocha Advogados e na 28ª Vara Criminal do Fórum Criminal da Barra Funda. Trabalhou como advogado da área de societário do Izu Medeiros Advogados e atualmente é advogado da área de Contencioso Cível. Mora em São Paulo-SP.

FERNANDA GALHARDO CARPANELLI

Doutoranda no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, na área de Política Social. Mestre em Serviço Social pelo mesmo Programa (2015), e graduada em Serviço Social pela mesma universidade (2012). Atua como assistente social (cargo efetivo) na Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Município de Osasco/SP junto ao Departamento de Trabalho Social. Coordenou Projeto de Trabalho Técnico Social vinculado ao Departamento de Habitação da Secretaria de Assistência e Inclusão Social da cidade de São José do Rio Pardo (SP). Publicou artigos e capítulo de livro, atuando principalmente em temas vinculados ao trabalho profissional, projeto ético-político profissional, política habitacional e urbana, questão urbana, direito à cidade, educação popular e educação em direitos humanos. Mora em Osasco-SP.

GLÁUCIA DIAS DE FARIA

Formada em Relações Públicas e pós graduada em Sustentabilidade e Responsabilidade Social

Trabalha há mais de 15 anos na área de Responsabilidade Social Corporativa, com experiência em institutos corporativos. Atualmente, é Head de Sustentabilidade e Responsabilidade Social, Amanco Wavin. Mora em São Paulo, SP.

HALOA REUBEN

Formado em engenharia mecânica e direito na USP, tem experiência de mais de cinco anos em consultoria de gestão de negócios e planejamento. No direito passou pelo setor público, em grupos de trabalho voltados a populações vulneráveis na Defensoria Pública da União, e privado, atuando em escritório de destaque de direito digital e privacidade. Tem especial apreço pelo direito constitucional e direito eleitoral. Hoje mora na cidade de São Paulo e atua como assessor parlamentar da Deputada Estadual Marina Helou.

HELOISA PINHEIRO DE CASTRO SIMÃO

Bacharela de Direito pela Universidade de São Paulo. Atuou como estagiária no Departamento Jurídico XI de Agosto e no Tribunal de Justiça de São Paulo. Atualmente é advogada e Mestranda na *The London School of Economics and Political Science*.

IRENE JACOMINI BONETTI

Pós graduanda em Direitos Humanos e Lutas Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Graduada em Direito pela Universidade de São Paulo (2019), possui *License en Droit pela Université Jean Moulin Lyon* 3, por meio do programa de dupla diplomação (PITES), instituição na qual também realizou intercâmbio acadêmico. Foi membra e pesquisadora do Programa de Educação Tutorial (PET) Sociologia Jurídica da Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação (SESu/MEC), entre 2015 e 2017. Durante a graduação, participou de diversos grupos de estudo, atividades de extensão e de monitoria acadêmica. Possui experiência na área de Direitos Humanos e políticas públicas, com particular interesse em questões relacionadas ao Direito Constitucional e ao Direito Internacional dos Direitos Humanos. Foi Estagiária do Núcleo Especializado em Cidadania e Direitos Humanos (DPE/SP) e da Secretaria Municipal de Trabalho e Empreendedorismo e atualmente trabalha como advogada.

ISABELA DE SIQUEIRA BARBOSA

Advogada pela FDRP/USP. Estagiária na DPE/SP (jul/nov - 2016), MPF/SP (fev/jun - 2016) no Núcleo de Assessoria Jurídica Popular de Ribeirão Preto (NAJURP/USP) (fev/jun - 2018). Coordenadora da ONG Projeto Extensão Solidária (out/2016 - ago/2017). Trainee de gestão pública na Secretaria de Estado da Saúde do Estado do Maranhão. Mora em São Luís/ MA.

JÉSSICA ALESSANDRA BUENO

Mora em Contagem-MG. Bacharel em Direito pela Escola Superior Dom Helder Câmara (Dez/2016), Mestre em Governança e Direitos Humanos pela *Universidad Autonóma de Madrid/Espanha* (Jan/2019), Pós-graduada em Direitos humanos, Diversidade sexual e políticas públicas pela *Fundación Henry Dunant/Chile* (Jan/2020). Publicação da tese: *"El Acceso Al Derecho De La Seguridad Social De Las Personas Mayores De La Comunidad LGBTIQ+"*. Revista Digital Solonik. Pós-graduada em Direito Internacional Aplicado pela Ebradi (Em andamento). Trabalhou na empresa CEJA- *Centro de Estudios de la Justicia de las Americas* (Chile), no período de 07/2018 até 12/2019, como advogada investigadora; na empresa Disque Direitos Humanos, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social/ SEDESE (01/13 a 01/14), como estagiária; e também na Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais - DPMG, no período de 09/15 a 12/16.

JOÃO VICENTE FERNANDEZ PEREIRA

Bacharel em Direito pela USP e Especialista em Economia pela FGV. Trabalhou em escritórios de advocacia como assistente e resolutor de conflitos e atualmente é pesquisador em antropologia e sociologia política, além de tradutor e revisor de textos acadêmicos. Vive em São Paulo- SP, enquanto se prepara para um mestrado no exterior.

JULIA MASINI PEREIRA BARRETTO

Formada em Direito pela PUC-SP, trabalhou sete anos com Direito de Família e Sucessões no escritório Guimarães Bastos, especializado na área. Realizou formação em Mediação Transformativa no Instituto Mediativa e atualmente vive em Barcelona, Espanha, onde está finalizando Mestrado em Mediação de Conflitos, com especialização em Mediação Familiar e Mediação Comunitária, e com o intuito de seguir na área e empreender uma advocacia mais colaborativa e humana.

JULIANA APARECIDO GONÇALVES BERNARDO

Bacharel em Direito pela Universidade São Judas Tadeu, Especialista em Processo Civil pela Pontifícia Universidade Católica. Professora e consultora de Governança Corporativa, advogada empresarial e Membro da Comissão de Coaching Jurídico da OAB-SP. São Paulo – SP.

JULIETA MUSSI DE ALMEIDA CHRISTIANO

Bacharel em Jornalismo pela Faculdade Cásper Líbero, com MBA em Marketing pela *Dublin Business School*. Trabalhou por 5 anos como jornalista pela Rede Bandeirantes de Comunicação e atualmente é recrutadora pela *Yala Recruitment*, em Dublin-República da Irlanda, onde mora atualmente.

LUIZ FERNANDO DA SILVA TOLEDO

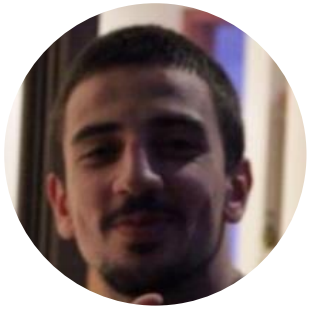
Graduado em Direito e pós graduado em Planejamento Tributário. MBA em Gestão Empresarial. Atualmente é Head de Tax- Responsável pelas áreas fiscal, faturamento e contas a receber de uma indústria farmacêutica indiana.

MARAÍSA ROSA CEZARINO

Mora em São Bernardo do Campo. Bacharel em Direito pela USP, Membra da Rede Feminista de Juristas, Integrante do Laboratório de Inovação em Direito - LID-USP e Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Empírica em Inclusão na Academia - GPEIA-USP.

MARINA GIOVEDI ARNOLDI

Formada em Direito pela USP. Mora em São Paulo-SP e atualmente trabalha com direitos humanos e direito ambiental.



MILTON PAULO DE CARVALHO NETO

Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (janeiro de 2013 a julho de 2018). Atuou como advogado na área de contencioso imobiliário do escritório CSMV Advogados (agosto de 2018 a dezembro de 2019) e atualmente é advogado autônomo. Atua também no projeto "Largados F.C.", visando a valorização do futebol do interior do estado de São Paulo.

PAMELLA CAROLINA RIBEIRO KIM SANTOS

Residente em São Paulo. Advogada, formada pela PUC SP e com pós graduação em Contratos pela FGV SP. Além de atuar como advogada no setor privado há quase 10 anos, também possui vasto conhecimento e atuação no terceiro setor. Com formação em empreendedorismo social pela Volunteer Vacations, atua em diversos projetos sociais pelo Brasil e exterior.

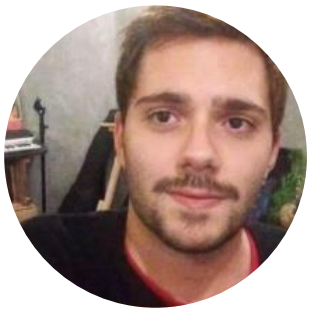
PEDRO HENRIQUE SILVA RIZZO

Graduação em direito pela Universidade de São Paulo com previsão de encerramento em julho/2020. Principais atividades profissionais: Estagiário e ex-diretor de Recursos Humanos do Departamento Jurídico XI de Agosto desde junho de 2017, prestando atendimento nas áreas de trabalhista, consumo, família e direito cível. Trabalhou como pesquisador colaborador no Projeto Observatório da Educação no Poder Judiciário entre novembro de 2018 e janeiro de 2019. Também estagiou na área de trabalhista no escritório Mallet Advogados e na área de societário nos escritórios Veirano Advogados e PVG Advogados. No poder público, estagiou na Procuradoria da Fazenda Nacional e na 8ª vara cível do Fórum Central de São Paulo. Atividade profissional atual: estagiário no Departamento Jurídico.

POLIANA DE CASTRO SOUSA PERINA

Graduada em Direito pelo Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. Cursando MBA em Gestão Tributária na Universidade de São Paulo – USP e LL.M. em Direito e Processo Tributário na Fundação Escola Superior do Ministério Público – FMP. Pós-graduanda em Direito Público pela Escola Brasileira de Direito – Ebradi. Atualmente, é funcionária pública da Procuradoria-Geral do Estado do Paraná. Mora em Brasília-DF.

RAFAEL TEODORO PEDROSO



Graduando em Direito (USP) e bacharel em Ciências Sociais (USP). Possui experiência acadêmica de pesquisa e no terceiro setor nas áreas de políticas públicas e participação social. Foi freelancer na Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (2017), bolsista no Observatório da Educação no Poder Judiciário (2019´-2020), bolsista na Clínica de Direitos Humanos Luiz Gama (2019-2020), e pesquisador no Núcleo de Instituições Políticas e Movimentos Sociais – CEBRAP (2019). Desde 2015, participa de uma série de projetos de impacto social, tais como: professor em cursinho popular (2015-2017), membro do espaço Almeida Mantelli de incentivo à pesquisa (2020-ATUAL) e voluntário no Mutirão Carcerário-Instituto Pro Bono (2020). Escreve ocasionalmente para o Politize!, organização da sociedade civil voltada à promoção de conteúdos de educação política. Atualmente, estuda a interação entre Poderes na tramitação de propostas associadas ao Escola sem Partido (PIBIC-UFABC), e é finalista do Programa Talentos do Legislativo, programa que visa à alocação de jovens na carreira de assessoria parlamentar. Mora em São Paulo, SP.

VANESSA BULARA

Advogada em São Paulo. Especialista em tributação corporativa e mestre em tributação internacional.

VIVIAN SAMPAIO GONÇALVES

Bacharel em Direito pela Universidade São Judas Tadeu. Atuou como estagiária na Ong Conectas Direitos Humanos e Fundação Criança de São Bernardo do Campo, como Assistente Jurídico na Ong CEERT – Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades e como Assessora da Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo. Atualmente Advogada Autônoma e Consultora da Thiago Imóveis.

5. ANÚNCIO VAGA ATADOS

"Vaga Atados

Assistência à distância!

O Núcleo Morungaba abre 15 vagas para voluntári@s das áreas de direito e assistência social para trabalhar online!

R. Cristiano Viana, 977 - Pinheiros, São Paulo - SP, 05411-001, Brasil

Sobre a vaga

O Núcleo Morungaba desde 2017 vem desenvolvendo projetos que visam assistência, autonomia e protagonismo junto às famílias moradoras das comunidades vulneráveis da Costa Sul de São Sebastião (litoral de São Paulo), entre Boracéia e Boissucanga.

Com o coronavírus, a situação ficou dramática para essas famílias. Muitos desempregados, com ocupações informais, pouca escolaridade, precisando apoio para sobreviver à crise.

Objetivo:

Acolher e dar assistência à essas famílias para que possam ter acesso e se beneficiar dos Programas Sociais.

Justificativas:

1. A maioria dos moradores dessas comunidades têm dificuldades de leitura/escrita e pouco acesso às informações que são transmitidas pelos órgãos públicos.

Desconhecem seus direitos.

2. O CRAS, Centro de referência de Assistência Social de São Sebastião, que fica em Boissucanga, é o órgão responsável por atender essas pessoas.

Mas, devido ao coronavírus, está com suas portas fechadas, atendendo somente por telefone, com muitas dificuldades, pois são muitas demandas.

Metodologia:

1. Pesquisaremos todos os Programas oferecidos pela Prefeitura de São Sebastião, Governo de São Paulo, e Governo Federal.

2. Faremos uma seleção das famílias mais necessitadas, que vivem à margem dos sistemas. Para isso contaremos com apoio das lideranças comunitárias.

3. Ofereceremos orientação à cada família, acolhendo suas dúvidas e realidades; auxiliando a localizar o Programa que atenderia melhor e no preenchimento do cadastro.

✨Venha somar!!!✨

Vamos pensar em conjunto em soluções e caminhos possíveis, sejam eles jurídicos ou não, para conseguirmos dar o apoio - todo necessário - para essas famílias e para essa rede!

Tem interesse em participar?

Inscrições até 03/04.

🔻envie seu currículo para Amanda Mauro

E-mail: amandamauro4@gmail.com"

6. ATAS - REUNIÕES GERAIS

Registro das reuniões gerais: 6/4/20 / 20/04/20 e 04/05/20

▼ Dia 06/04/2020

Reunião inaugural do projeto.

1. Renata: boas vindas e solicitação de uma breve apresentação dos colaboradores voluntários.
2. Amanda: metodologia de trabalho
3. Renata: contextualização das famílias que serão atendidas no primeiro módulo de trabalho: moradores de comunidades dos morros da Costa Sul de São Sebastião
4. Fernanda: o plano emergencial do governo e cuidados.
5. Renata: próximos passos (organização dos subgrupos), encorajamento, agradecimento e fechamento da reunião. Lembrando que o termo de voluntariado deve ser enviado para Amanda (para quem ainda não o fez).

▼ Dia 20/04/2020

1. Renata: boas vindas,

- apresentação dos 3 novos orientadores: João, Marina e Haloa
- Constituição das equipes do projeto: grupo diretrizes (coordenadoras), grupo de estudos e pesquisas, grupo geral dos orientadores e subgrupos de atendimento com cada beneficiário. Parceiro: escritório de advocacia para orientações gerais: "...."

2. Juliana: planilha dos dados sobre os orientadores
3. Amanda: consulta ao escritório de advocacia sobre medidas de proteção.
4. Egle: atendimento aos indígenas: cuidados especiais com a comunicação. Se falar por áudio ou telefone com o beneficiário essa conversa deverá ser transcrita no subgrupo para: proteção do orientador, consulta do beneficiário e acompanhamento do voluntário apoio e coordenadora geral.
5. Fernanda: dúvidas sobre o cadÚnico e grupo de estudos
6. Orientadores: perguntas, sugestões e ou comentários.
7. Renata: agradecimento, motivação e próximos passos: quarto módulo será com famílias indicadas pela equipe de colaboradores voluntários e planejamento para o trabalho voluntário no segundo semestre.

▼ Dia 04/05/2020

1. Renata: boas vindas, -apresentação das novas colaboradoras voluntárias: Julieta, Athaise, Pedro e Vanessa

- Esclarecimentos do contexto em que se dá o projeto
- Estrutura do projeto e dados quantitativos até agora.

2. Juliana:

- Módulo 4: de 04/05 a 15/05 nova metodologia/cuidados
- Documento final que será produzido: relatório detalhado com o processo e resultados alcançados

3. TODOS: perguntas, observações, entraves e dúvidas.

7. DOCUMENTO DE ORIENTAÇÕES DE REFERÊNCIA

Temas e questões atuais em torno do auxílio emergencial e demais políticas públicas em tempos de Pandemia

Grupo de Pesquisa - Núcleo Morungaba

1º Semestre 2020

1. **Quem tem direito ao Auxílio?**

Pode solicitar o benefício o cidadão maior de 18 anos que atenda a todos os seguintes requisitos:

- Esteja desempregado ou exerça atividade na condição de:
  - Microempreendedores individuais (MEI);
  - Contribuinte individual da Previdência Social;
  - Trabalhador Informal.
- Pertença à família cuja renda mensal por pessoa não ultrapasse meio salário mínimo ((R$ 522,50), ou cuja renda familiar total seja de até 3 (três) salários mínimos (R$ 3.135,00).

2. **Quem não tem direito ao Auxílio.**

- Tenha emprego formal ativo;
- Pertence à família com renda superior a três salários mínimos (R$ 3.135,00) ou cuja renda mensal por pessoa maior que meio salário mínimo (R$ 522,50);
- Está recebendo Seguro Desemprego;
- Está recebendo benefícios previdenciários, assistenciais ou benefício de transferência de renda federal, com exceção do Bolsa Família;
- Recebeu rendimentos tributáveis acima do teto de R$ 28.559.70 em 2018, de acordo com declaração do Imposto de Renda.

3. **CPF**

   a. **O que fazer se há alguma irregularidade no CPF?**

Em muitos casos, o cadastro no aplicativo não se realiza na primeira tentativa, por isso a primeira orientação é acessar novamente em diferentes horários do dia para tentar o cadastro.

Se persistir a impossibilidade por pendência no CPF, verificar se o CPF se encontra na situação "Regular" no site da Receita Federal:

https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/ConsultaSituacao/ConsultaPublica.asp.

Se o CPF estiver regular, a restrição no aplicativo Caixa - Auxílio Emergencial não se deve à pendência na Receita Federal. Assim, deve-se confirmar, mais uma vez, se nome do cidadão, de sua mãe e sua data de nascimento coincidem com os dados do CPF.

Se ainda assim persistir a pendência, a regularização poderá ser feita online e gratuitamente no site da Receita Federal, por alguma das seguintes opções:

I. preferencialmente pelo formulário eletrônico "Alteração de Dados Cadastrais no CPF: https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/alterar/default.asp;

II. Chat RFB: http://receita.economia.gov.br/contato/chat

III. Se não for possível pelo site, é possível tentar por meio de envio e-mail ao corporativo da RFB ou presencialmente em uma das suas unidades - o atendimento presencial está sendo realizado de maneira excepcional.

E-mail corporativo: o cidadão deverá enviar o e-mail de acordo com o seu estado de jurisdição, conforme tabela abaixo, solicitando o serviço de regularização de CPF acompanhada da documentação descrita no endereço: http://receita.economia.gov.br/orientacao/tributaria/cadastros/cadastro-de-pessoas-fisicas-cpf/servicos/regularizacao-cpf.

Tabela de jurisdição por estado e respectivos e-mails corporativos:

- 1ª Região Fiscal (DF, GO, MT, MS e TO) - atendimentorfb.01@rfb.gov.br
- 2ª Região Fiscal (ACM AM, AP, PA, RO e RR) - atendimentorfb.02@rfb.gov.br
- 3ª Região Fiscal (CE, MA e PI) - atendimentorfb.03@rfb.gov.br
- 4ª Região Fiscal (AL, PB, PE e RN) - atendimentorfb.04@rfb.gov.br
- 5ª Região Fiscal (BA e SE) - atendimentorfb.05@rfb.gov.br
- 6ª Região Fiscal (MG) - atendimentorfb.06@rfb.gov.br
- 7ª Região Fiscal (ES e RJ) - atendimentorfb.07@rfb.gov.br
- 8ª Região Fiscal (SP) - atendimentorfb.08@rfb.gov.br
- 9ª Região Fiscal (PR e SC)- atendimentorfb.09@rfb.gov.br

- 10ª Região Fiscal (RS) - atendimentorfb.10@rfb.gov.br

b. O que fazer se algum membro da família não possuir CPF?

O aplicativo exige que o cidadão indique a sua composição familiar e pede o CPF de seus familiares. Isso é especialmente relevante para os casos de mulheres chefes de família, porque se não for incluído o nome e CPF de seus filhos, não será reconhecido pelo sistema o seu direito a duas cotas do auxílio (R$ 1.200,00).

É possível realizar a inscrição no CPF online e de forma gratuita. Basta reunir os documentos necessários, enviar um e-mail para a caixa postal da sua região fiscal e aguardar o retorno dos servidores da Receita Federal. São necessários os seguintes documentos:

I. Documento de identificação:

A. Para maiores de 16 anos: RG atualizado. Se o RG não estiver atualizado, anexar também a Certidão de Casamento ou Nascimento. Também são aceitos Carteira de Trabalho, Passaporte ou outro documento oficial de identificação que comprove naturalidade, filiação e data de nascimento.

B. Para menores de 16 anos: RG ou Certidão de Nascimento do menor e RG do responsável (pai, mãe ou tutor ou guardião judicial). Na hipótese de representação por tutor ou guardião, anexar também o respectivo termo de tutela/guarda.

C. Também são aceitos Carteira de Trabalho, Passaporte ou outro documento oficial de identificação que comprove naturalidade, filiação e data de nascimento.

II. Título de eleitor (facultativo).

III. Comprovante de endereço.

IV. Foto de rosto (selfie) do interessado ou responsável segurando o documento de identidade aberto (frente e verso), onde deverá aparecer a fotografia e o número do documento legível.

4. Erros no cadastro que podem causar demora na analise do beneficio.

A Caixa Econômica Federal divulgou alguns dos principais erros na hora de preencher o cadastro do Auxílio Emergencial que podem gerar demora na verificação dos dados, ou fazer com que a resposta da Caixa retorne com “dados inconclusivos". Neste último caso, é possível fazer uma nova solicitação corrigindo os dados apontados.

a. Principais erros de cadastro e preenchimento:

- Marcação como chefe de família sem indicação de nenhum membro
- Falta de inserção da informação de sexo
- Inserção incorreta de dados de membro da família, tais como CPF e data de nascimento
- Mais de uma pessoa realizar cadastro e houver divergência nos dados entre eles

- Cadastro por mais de duas pessoas do mesmo grupo familiar
- Inclusão de alguma pessoa da família com indicativo de óbito
- Se regularizou ou atualizou os dados do CPF recentemente, deve aguardar pelo menos três dias para tentar novamente.

b. Principais motivos para a negativa do Auxilio:

- Ser menor de 18 anos;
- Ser empregado com carteira assinada;
- Estar recebendo Seguro Desemprego;
- Aposentado ou pensionista do INSS;
- Receber demais benefícios, com exceção do Bolsa Família: Benefício de Prestação Continuada (BPC); Auxílio Doença; Garantia Safra; Seguro Defeso;
- Ser de família com renda mensal por pessoa mais de meio salário mínimo (R$ 522,50);
- Renda familiar mensal total maior que três salários mínimos (R$ 3.135);
- Ter tido rendimentos tributáveis, em 2018, acima de R$ 28.559,70, ou seja, que tenha declarado Imposto de Renda em 2019;
- Cadastro como "mãe solteira" de mulher casada;
- Cadastro de mais de duas pessoas da mesma família;
- Limite maior que duas pessoas que recebem Bolsa Família;
- CPF irregular (deve regularizar junto à Receita Federal);
- CPF de pessoa falecida;
- Cadastro em aplicativo ou site fraudulento, que não seja o Auxílio Emergencial Caixa.

Se o resultado da análise voltou com resultado "não aprovado", e a pessoa discordar que está entre as opções acima, ela pode fazer a contestação no aplicativo ou site do Auxílio Emergencial.

Além disso, a Caixa lançou uma nova ferramenta que permite aos trabalhadores consultar a situação dos seus pedidos. Além do portal e do aplicativo da Caixa, os brasileiros poderão acompanhar os seus pedidos por meio dos seguintes endereços:

www.cidadania.gov.br/consultaauxilio
https://consultaauxilio.dataprev.gov.br

Os cidadãos poderão acompanhar todo o detalhamento dos pedidos como: resultados, datas de recebimento e envio dos dados pela Caixa à Dataprev e vice-versa, além da motivação da negativa do benefício. A análise da segunda solicitação também poderá ser conferida.

5. Saque do Auxílio Emergencial

Os saques do auxílio emergencial são realizados em unidades da Caixa Econômica e lotéricas desde o dia 27/04. Esta é a única maneira de conseguir o montante do benefício em espécie para aqueles que não possuem conta em banco e tiveram uma conta poupança digital aberta pelo governo.

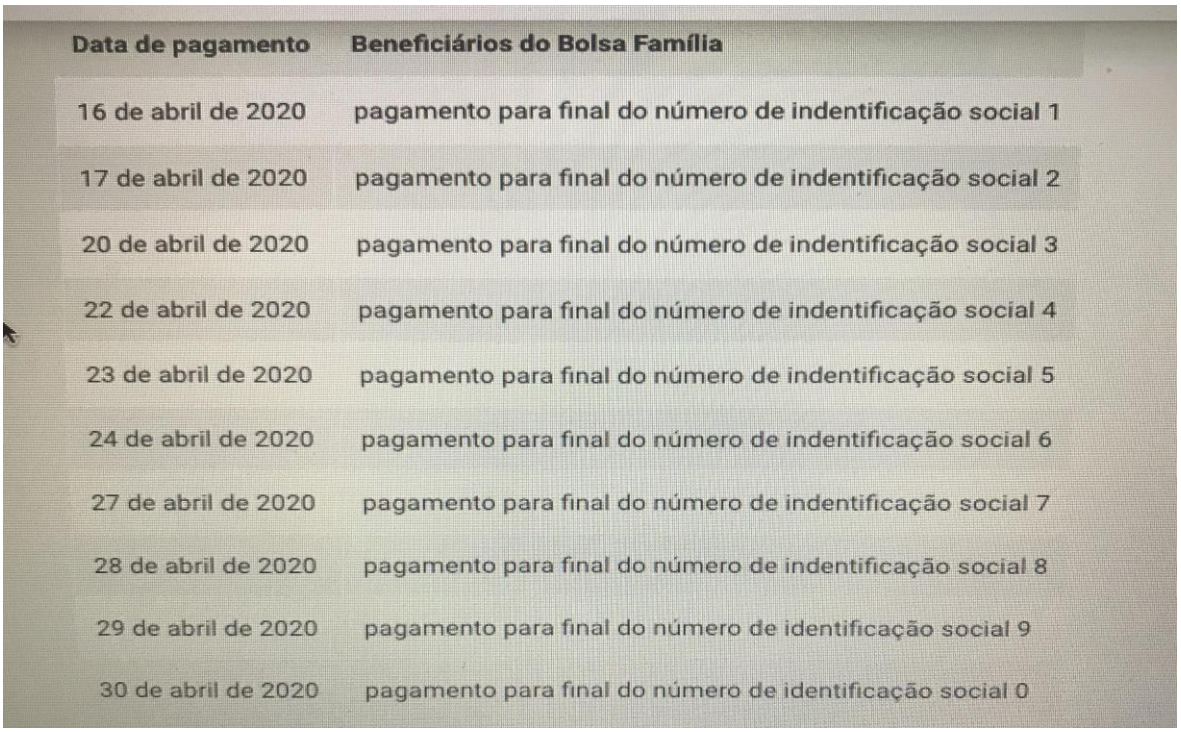
Os saques são realizados em dias pré-determinados pelo governo, escalonados de acordo com o mês de nascimento do beneficiário:

- 27/04 - nascidos em janeiro e fevereiro
- 28/04 - nascidos em março e abril
- 29/04 - nascidos em maio e junho
- 30/04 - nascidos em julho e agosto
- 04/05 - nascidos em setembro e outubro
- 05/05 - nascidos em novembro e dezembro

Para este saque é necessário que o beneficiário baixe o aplicativo CAIXA TEM e clique na opção "solicitar saque" e irá receber um código autorizando o saque, isto será necessário tanto para as unidades da Caixa e lotéricas, como para caixas eletrônicos.

Fora esta possibilidade, os beneficiários com uma conta poupança digital podem usar o aplicativo CAIXA TEM para transferir o dinheiro do benefício para uma outra conta já existente, sem necessariamente ser a dele.

Aqueles beneficiados pelo Bolsa Família poderão realizar o saque do auxílio nas unidades da Caixa somente com um documento pessoal em mãos ou em um caixa eletrônico com o cartão bolsa família. O pagamento para essas pessoas será realizado de acordo com o calendário regular do bolsa família, ou seja, nos últimos 10 dias úteis do mês de acordo com número do NIS. Para o mês de abril estas são datas:



Data de pagamento	Beneficiários do Bolsa Família
16 de abril de 2020	pagamento para final do número de indentificação social 1
17 de abril de 2020	pagamento para final do número de indentificação social 2
20 de abril de 2020	pagamento para final do número de indentificação social 3
22 de abril de 2020	pagamento para final do número de indentificação social 4
23 de abril de 2020	pagamento para final do número de indentificação social 5
24 de abril de 2020	pagamento para final do número de indentificação social 6
27 de abril de 2020	pagamento para final do número de indentificação social 7
28 de abril de 2020	pagamento para final do número de indentificação social 8
29 de abril de 2020	pagamento para final do número de identificação social 9
30 de abril de 2020	pagamento para final do número de identificação social 0

Importante esclarecer que tem se visto que as famílias cadastradas no Bolsa Família com uma pessoa apta a receber o auxílio além do responsável do BF estão tendo ambos os benefícios depositados de uma vez na conta do BF. Por exemplo, se a esposa de uma família recebe Bolsa Família e seu marido está apto a receber o auxílio emergencial e está inserido no cadastro do BF da esposa, o governo não cria uma conta poupança digital para ele, já deposita o dinheiro do beneficio dele na conta da esposa. Isso pode ocorrer ainda que não tenha saído decisão aprovando ou não o auxílio do marido quando consultado o site oficial e talvez explique a demora para a divulgação daquela.

6. App CAIXA TEM

Para todos os beneficiários que abriram uma conta poupança digital no momento do cadastro, depois que o benefício for aprovado, é necessário baixar o aplicativo CAIXA Tem, disponível nas lojas de aplicativos Play Store e App Store.

A movimentação da Poupança Digital CAIXA é realizada por meio desse aplicativo. É possível realizar pagamento de boletos e contas de água, luz, telefone, dentre outras, e também efetuar transferências ilimitadas entre contas da CAIXA ou realizar gratuitamente até três transferências para outros bancos a cada mês, pelos próximos 90 dias.

Os beneficiários também terão cartão de débito virtual que poderá ser usado em lojas habilitadas. Atualmente, já são 700 empresas habilitadas ou que estão em fase de implementação, como supermercados, farmácias, empresas do ramo alimentício e de transporte.

Para utilizar o aplicativo, basta que o usuário se cadastre utilizando o CPF. Além de movimentar a poupança digital, será possível consultar FGTS, PIS, Bolsa Família, entre outros serviços. Mas também é possível realizar saques em espécie, de acordo com o cronograma divulgado.

Por meio do aplicativo também será possível realizar o trâmite para os saques em espécie, como já explicado no item anterior.

Na última semana, muitas pessoas têm tido dificuldades no acesso ao aplicativo (seja para completar o cadastro, seja para realizar movimentações). A CAIXA orienta os cidadãos a desinstalar e instalar novamente o aplicativo.

Encontramos também algumas orientações que parecem ter funcionado: https://seucreditodigital.com.br/app-caixa-tem-nao-funciona/

Atualização sobre erros no aplicativo: devido à enorme quantidade de beneficiários com problemas no acesso ao aplicativo, seja para carregá-lo, para cadastrar-se, para gerar o código autorizador, etc, a nova orientação é que, para quem não conseguir acessar o CAIXA TEM, é possível realizar os saques nas casas lotéricas ou agências da caixa, mesmo sem o código gerado no aplicativo. Os funcionários atendentes gerarão o código autorizador no momento do atendimento.

https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/05/01/saque-auxilio-emergencial-r-600-sem-codigo-coronavoucher.htm

7. Pagamento da segunda parcela

O calendário de pagamentos da segunda parcela do Auxílio Emergencial ainda não foi liberado, mas a Caixa Econômica pretende divulgá-lo nesta semana. Os inscritos no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) e os trabalhadores informais que se cadastraram no site e no app “Caixa Auxilio Emergencial” irão receber em dias diferentes dos cadastrados no Bolsa Família. A ideia é evitar aglomerações nas agências bancárias. Para os beneficiários do BF, nada mudou. Eles recebem o benefício nos últimos 10 dias úteis do mês, conforme o dígito final do Número de Inscrição Social (NIS).

8. Programa "Merenda em Casa"

"Merenda em Casa" é um programa do governo estadual de São Paulo e, por isso, só se aplica às famílias cujos filhos estudam em uma escola pública estadual. O benefício seria o pagamento de R$ 55,00 por mês para cada filho que frequente a referida rede escolar, não existe limites de concessão de benefícios em razão do número de filhos.

Outro requisito deste programa é de que a família esteja cadastrada no CadÚnico e possua uma renda mensal inferior ou igual a R$ 89,00 por pessoa, sendo que aquelas famílias que já estão cadastradas no Bolsa Família tem direito ao dinheiro automaticamente.

Para receber o benefício é necessário que o responsável da família baixe o aplicativo PicPay e crie uma conta nele com CPF, nome completo e data de nascimento, em seguida, deve-se validar o cadastro com uma foto (selfie) da pessoa segurando seu documento de identidade. Uma vez cadastrado e, preenchendo os requisitos do programa, dentro de quatro horas o valor 55x, proporcional ao número de filhos matriculados (x), será depositado nesta conta do PicPay. Este dinheiro do PicPay poderá ser transferido para uma outra conta pelo próprio aplicativo.

9. Telefones úteis para contato

Para o caso de famílias atendidas que já possuem o Cadúnico, se houver alguma dificuldade em relação à inconsistência de dados ou dúvidas sobre como está o cadastro dos assistidos, há telefones disponíveis para contato com os CRAS da região. Eles fazem atendimento por whatsapp também. Abaixo esses contatos e outros disponibilizados pela Renata que também poderão auxiliar:

- Eliane do Espaço Cidadão de Assistência de Bertioga (se colocou à disposição da nossa equipe): 55 12 98239-9854
- Vila do Bem Boraceia 13 35008240
- CRAS Chácaras (Bertioga) 13 3313-1401/whatsapp: 13 99691-6900
- CRAS Boiçucanga (12) 3865-1527

10. Orientações sobre suspensão do pagamento de serviços

- Suspensão de contas durante um período do ano

O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) informa que ele tem o direito de pedir a suspensão de certos serviços por determinado período do ano sem que haja a cobrança por esse serviço.

A medida em tempos normais é utilizada nas férias dos consumidores, quando normalmente muitas pessoas viajam e, por isso, acabam não utilizando os serviços pelos quais se cobra mensalidade. Essa pode ser uma alternativa interessante para os consumidores de baixa renda que sofrerão corte de salário, suspensão ou redução da jornada de trabalho, bem como para a aqueles que sequer possuem renda, como muitas famílias assistidas pela ONG.

Atualmente, contudo, com o cenário de crise, surge uma questão de solidariedade, no sentido de que quem pode pagar não deve deixar de fazê-lo, para não pressionar excessivamente o fornecedor, essa tese está ancorada no princípio da boa–fé, que rege todas as relações negociais de acordo com o Código Civil.

Serviços essenciais

1. Telefone fixo e celular - As regras são bem parecidas com a da TV por assinatura: desde que o consumidor esteja adimplente, o pedido de suspensão pode ser feito uma vez por ano e deve durar de 30 a 120 dias e não tem nenhum custo. A reativação da linha também deve

ser feita em até 24 horas do pedido. Caso o período de interrupção for menor que um mês ou superior a quatro meses, a operadora pode cobrar uma taxa.Vale a pena? Sim, dependendo do tempo em que o consumidor ficar ausente ou do valor da taxa cobrada se o prazo for diferente do estipulado. Nesse caso, o consumidor pode procurar sua operadora ou a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para se informar sobre o custo e avaliar se compensa pagar.

É importante ressaltar que para cada serviço de telecomunicação existe uma resolução da ANATEL para a suspensão. Se for preciso citar isso, é colocar no Google o nome do serviço + a palavra suspensão + a expressão "resolução da Anatel".

a. Telecomunicações

Maior flexibilidade na negociação de débitos

O SindiTelebrasil — sindicato que representa as maiores operadoras — anunciou que as empresas de telefonia vão flexibilizar a cobrança para clientes que se encontrem em dificuldade, seja ampliando prazo e/ou isentando juros. Procuradas, Claro, Oi, TIM e Vivo ainda não sabiam informar quais seriam as medidas adotadas.

2. Energia elétrica - O consumidor pode pedir suspensão temporária de energia elétrica, mas as concessionárias cobram taxa de religação do serviço e o prazo para restabelecer o fornecimento de energia é de até 24 horas em áreas urbanas e 48 horas em regiões rurais.Vale a pena? Não, a não ser que o consumidor vá ficar vários meses longe de casa.

a. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) proibiu o corte na luz de clientes por 90 dias. Na última segunda-feira, dia 23, já havia sido editada no Rio a lei estadual 8.769, proposta pela Defensoria Pública do estado, que proíbe a interrupção de serviços essenciais (que inclui, além de energia, água e esgoto e gás) por falta de pagamento. A lei estabelece ainda que não poderão incidir juros e multa sobre as contas em aberto nesse período. Isso não desobriga o consumidor do pagamento, mas ele pode ser postergado.

3. Água - Não há uma regra geral para a água, mas, normalmente as empresas de abastecimento exigem que o consumidor esteja com o pagamento em dia para aceitarem o pedido de suspensão do serviço. O consumidor deve consultar a empresa de abastecimento para saber quais são os documentos necessários para fazer o pedido, além de questionar se há custo para o desligamento e a religação da água. Algumas empresas de abastecimento exigem antecedência mínima para o requerimento da suspensão, que pode ser de até 20 dias.Vale a pena? Depende das regras de cada concessionária. Mas é bom o consumidor ficar atento às taxas cobradas e o prazo para que o serviço volte a ser prestado.

a. O governador de São Paulo, João Doria, anunciou que não será cobrada a tarifa de água de 506 mil famílias de baixa renda, que pagam a tarifa social. A tarifa não será cobrada a partir do dia 1º de abril e a medida valerá para os meses de abril, maio e junho.

4. Planos de saúde

Pacientes internados não podem ser excluídos

A lei prevê a rescisão do plano de saúde individuais por inadimplência pode ser feita no contrato de plano individual se houver atraso no pagamento por 60 dias não consecutivos. Ou seja, se a pessoa atrasar 10 dias todo mês, ao fim de 6 meses o contrato dela poderá ser rescindido. Patrícia Cardoso, do Nudecon, ressalta, no entanto, que quem estiver internado, mesmo passados os 60 dias, não pode ser excluído:

— Nesse cenário, o ideal seria ampliar esse prazo para 120, 180 dias. Como a regra está na lei, isso poderia ser feito por medida provisória.

Consultada, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) afirmou que, na última terça-feira, recomendou que as operadoras evitassem rescindir contratos de inadimplentes durante a pandemia. Disse ainda que prioriza, no momento, medidas para assegurar que todos os esforços do setor estejam voltados ao combate do coronavírus.

5. Aluguel

Negociação deve ser caso a caso

O advogado Hamilton Quirino, especialista em direito imobiliário, diz que não há uma regra específica a ser aplicada à locações, diante dos efeitos econômicos da pandemia.Ele recomenda a negociação entre donos e inquilinos.

Mesma orientação de Rafael Thomé, presidente da Associação Brasileira das Administradoras de Imóveis (Abadi/RJ). Thomé alerta ainda sobre a importância de manter em dia as cotas do condomínio para garantir o pagamento dos funcionários, essenciais nesse período em que todos devem ficar em casa.

Arcabouço legal:

a. Os artigos 478 a 480 do Código Civil, consagrou a matéria, ao tratar da rescisão, e possibilidade de alteração (revisão), dos contratos por onerosidade excessiva decorrente de fatos supervenientes e imprevisíveis (Teoria da Imprevisão – art. 317 do Código Civil)

b. Conforme o art. 317 do Código Civil, poderá o juiz estabelecer um valor menor do aluguel, devido aos motivos imprevisíveis de paralisação do negócio em faze da Pandemia do Coronavírus.

c. Conforme art. 478 do Código Civil, o Locatário poderá, se quiser, pedir a rescisão do contrato, imediatamente, sem pagar a multa contratual por entrega antecipada, quando o Locador, a partir do recebimento do imóvel, poderá alugar o mesmo para outros ramos autorizados (não proibidos) - (residência, farmácia, padaria, mercado, posto de saúde etc), a fim de não ter mais prejuízos.

d. Conforme o art. 479 do Código Civil (Princípio da Conservação do Negócio Jurídico), se o Locatário não quiser perder o Ponto Comercial durante a fase epidemiológica do Coronavírus, poderá pedir amigavelmente (desconto no aluguel, ou uma carência de isenção

por um ou dois meses), ou a Revisão Judicial temporária do valor do aluguel, em face da Teoria da Imprevisão (art. 317 do Código Civil).

e. Também, questiona-se se a Pandemia do COVID-19, poderia ser classificada como um evento de caso fortuito ou força maior. O Código Civil define caso fortuito ou de força maior em seu artigo 393: "Art. 393. O devedor não responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, se expressamente não se houver por eles responsabilizado. Parágrafo único. O caso fortuito ou de força maior verifica-se no fato necessário, cujos efeitos não era possível evitar ou impedir". A Pandemia do COVID-19, não deixa de implicar um evento inevitável que impede a consecução da obrigação locacional. Não seria, porém, a imprevisibilidade que deve, principalmente, caracterizar o caso fortuito, e, sim, a inevitabilidade. E, porque a força maior também é inevitável, juridicamente se incorporam estas duas causas envolvendo a isenção de responsabilidade.

Existe um projeto de lei já aprovado no Senado e agora em trâmite na Câmara dos deputados em relação ao tema (PL 1.090/20).

De acordo com o artigo 9 do projeto, até outubro de 2020 não poderão ser executadas ações de despejo.

Em tribunais do Distrito Federal, Goiás e São Paulo, por exemplo, já vinham proferindo decisões suspendendo ordens de despejo e reintegração de posse.

Como o projeto teve o artigo que previa a suspensão do pagamento dos aluguéis retirado, a carência do valor do aluguel ou de parte dele durante a pandemia terá que ser acordada caso a caso, entre locatários e locadores.

Possibilidades de negociação que têm sido sugeridas por advogados:

- pagamento de um valor mínimo;
- suspensão temporária da cobrança;
- parcelamento dos valores devidos após o fim da pandemia.

Algumas dicas para a negociação:

- Tentar contato direto com o proprietário ou imobiliária o quantos antes, de preferência, antes do aluguel vencer;
- Explicar porque não vai ser possível pagar o aluguel da forma mais detalhada possível;
- Se for possível, tentar pagar alguma parte do aluguel;
- Deixar claro como vai ser o fluxo de pagamento.

Se possível, é recomendável formalizar esse combinado por escrito. Pode ser por e-mail ou mensagem trocada. Nessa troca de e-mails, deve ficar claro que ambas as partes aceitaram o novo acordo.

6. Dívidas com bancos

Atenção às regras para postergação

Especialistas recomendam que os consumidores redobrem a atenção antes de acordar a prorrogação do pagamento de dívidas, por até 60 dias, com bancos, anunciada, dia 16, pela Febraban. É que em alguns casos isso significa mais juros e multa.

Clientes pessoas físicas ou micro e pequenas empresas dos cinco maiores bancos do país podem pedir prorrogação, por até 60 dias, dos vencimentos de dívidas. A medida não vale para cheque especial e cartão de crédito. A renegociação de dívidas foi autorizada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), no último dia 16.

O conselho facilitou a renegociação de operações de créditos de empresas e de famílias que possuem boa capacidade financeira e mantêm operações regulares e adimplentes ativas, permitindo ajustes de seus fluxos de caixa. A medida dispensa os bancos de aumentarem o provisionamento (reserva de valor) no caso de repactuação de operações de crédito que sejam realizadas nos próximos seis meses.

a. Possíveis questionamentos:

Como eu faço para solicitar a prorrogação de uma dívida que tenho com meu banco?

Os clientes pessoas físicas e micro e pequenas empresas devem entrar em contato com seu banco, expor seu caso para saber das condições para prorrogar a dívida por até 60 dias. A medida vale para os contratos que estejam em vigência, com pagamentos em dia. Cada instituição definirá o prazo e as condições dos novos pagamentos.

É necessário ir presencialmente até a agência para pegar esta informação e renegociar o prazo de uma dívida?

Não é necessário ir presencialmente na agência bancária. O cliente pode ligar para seu gerente e usar os canais eletrônicos para entrar em contato com seu banco.

A prorrogação de dívidas é automática?

Não. Primeiramente, o cliente deve procurar o banco para renegociar o prazo, que poderá ser estendido por até 60 dias.

A medida vale para quais bancos?

A medida vale para Banco do Brasil, Bradesco, Caixa, Itaú Unibanco e Santander.

Vale para quais tipos de dívidas?

Vale para todos os contratos de crédito feitos pelo cliente com o banco. Não se estende às dívidas no cartão de crédito e cheque especial. Para mais informações, o cliente deve entrar em contato com o seu banco.

A medida vale para boletos de consumo?

Não, a medida não inclui boletos de consumo geral - água, luz, telefone – e tributos, porque se referem a serviços prestados por concessionárias de serviços públicos e governos.

Após renegociar uma dívida de um empréstimo que tenho com o banco, a instituição pode me cobrar juros?

Cada banco estabelecerá seu procedimento, e cada caso será avaliado de forma individual.

Tenho garantia de conseguir uma prorrogação de um prazo de 60 dias?

O prazo é de até 60 dias. O cliente precisa entrar em contato com o seu banco.

7. Cartão e cheque

Juros de parcelamento ainda são altos

Apesar do anúncio de redução de juros do cheque especial e para parcelamento de fatura do cartão de crédito, as taxas ainda representam, em média, mais de 130% ao ano. Portanto, o melhor é quitar o cartão e evitar o cheque especial.

8. Negocie

Para outros serviços, como academia de ginástica ou assinatura de jornais e revistas, não há regra que obrigue as empresas a suspender o fornecimento temporariamente. No entanto, o consumidor pode negociar com o fornecedor a interrupção do pagamento durante o período de férias ou a prestação do serviço por mais um mês além do estabelecido em contrato.

Auxílio emergencial para indígenas

Há mais de um projeto de lei em trâmite com o objetivo de incluir os indígenas na categoria de vulnerabilidade e passível de receber auxílio emergencial.

De acordo com o projeto 1.142/20, por exemplo:

· O auxílio poderá ser executado de forma descentralizada, sem a necessidade de inscrição das famílias em cadastros sociais anteriores, incluídos os que morarem fora das terras indígenas por motivos de tratamento médico ou estudos;

· Pescadores, ribeirinhos, quilombolas e povos das florestas também poderão ser beneficiados;

· Admite-se a distribuição direta às famílias de alimentos, remédios, luvas, máscaras, álcool em gel e material de higiene. A entrega poderá ser feita pelos distritos sanitários

especiais indígenas, com apoio da Fundação Nacional do Índio (Funai) ou de outros órgãos públicos habilitados, observados protocolos de proteção dos profissionais e dos povos indígenas;

· Restringe-se o acesso às aldeias por não indígenas, ressalvados profissionais da saúde e servidores da Funai;

· Garante-se o acesso ao SUS; a testagem rápida para os casos suspeitos de corona vírus; oferta emergencial de leitos hospitalares; disponibilização de ambulâncias adequadas para o transporte de indígenas de suas comunidades até a unidade de saúde mais próxima.

Fonte: Agência Câmara de Notícias (disponível em https://www.camara.leg.br/noticias/649825-projeto-preve-salario-minimo-para-familias-indigenas-durante-pandemia-do-coronavirus)

A FUNAI também preparou uma cartilha com orientações aos indígenas que receberão o auxílio emergencial porque se enquadram nos requisitos: https://drive.google.com/file/d/1dW_ujI61GLMUpZ3n_kbeJiQazKpQUdSM/view

A principal orientação da cartilha é que os indígenas fiquem atentos à data do saque do auxílio para evitar deslocamentos desnecessários a cidade.

A orientação geral tanto da FUNAI quanto do ISA apresenta preocupações em relação ao saque dos valores. Isso porque os indígenas comumente possuem uma imunidade relativamente mais baixa. As recomendações, então, têm sido no sentido de se pensar com cuidado esse momento de ida aos bancos e etc., para evitar as aglomerações. A FUNAI inclusive pontua que os auxílios ficariam disponíveis por 90 dias, orientando a uma ida não imediata.

No dia 06.04 houve uma reunião da Frente Parlamentar Indígena para discutir a garantia da segurança alimentar para indígenas e povos tradicionais.

Os três PLs em andamento em relação às pautas indígenas estão listados nessa reportagem: https://cimi.org.br/2020/04/deputada-joenia-wapichana-defende-fiscalizacao-e-controle-para-acoes-do-governo-no-combate-a-covid-19/.

No entanto, até o momento não há nenhuma medida especial que possamos utilizar nos atendimentos.

Conclusões preliminares e encaminhamentos possíveis:

1. Até o momento as comunidades tradicionais estão sujeitas ao mesmo auxílio emergencial, devendo seguir os mesmos passos.

1.1. Se possível, orientar para o cuidado na hora de realizar os saques.

2. Acompanhar os PLs em curso e as movimentações da Frente Parlamentar Indígena para eventuais mudanças.

Reportagens reunidas pela Irene no link abaixo para análise da conjuntura em relação às comunidades. Nele também há um resumo de um ofício enviado pela DPE/DPU/MPF recentemente solicitando ações na região de cananeia.

https://docs.google.com/document/d/1iSwommnREbLlv80KacaM3hjnqLuuqFzTBmXSasgIL-0/edit.

Finalmente, há pouco tempo houve a apresentação de um PL para a criação do Conselho Municipal das Comunidades Tradicionais do Município de Ilhabela. Aparentemente quem puxou a organização foi a Procuradora da República Maria Rezende Capucci.

8. MENSAGEM SÍNTESE ENVIADA AO GRUPO SINALIZANDO ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Bom dia

Caros participantes desse subgrupo de trabalho, estamos concluindo hoje nossa contribuição para a solicitação do auxílio emergencial.

Esse projeto de orientação foi criado devido a Pandemia/ coronavírus, quando muitas pessoas tiveram seus trabalhos informais interrompidos.

Ele teve como objetivo oferecer orientações gratuitas às famílias em situação de vulnerabilidade da Costa Sul de São Sebastião e da capital de São Paulo.

Esse subgrupo de trabalho, iniciado dia 07/04/2020 encerra hoje dia 20/05/2020.

Espero que tod@s tenham ficado satisfeit@s com o resultado do nosso esforço e dedicação voluntária.

Agradeço muito a participação de tod@s!

✨🙏✨

Obs: o conteúdo das conversas desse grupo é confidencial.

9. MENSAGEM ENVIADA AOS ORIENTADORES SOLICITANDO AVALIAÇÃO DO PROCESSO E RESUMO DO ATENDIMENTO REALIZADO

Parabéns Xxxxx!

Concluímos os atendimentos que vc era responsável pela orientação.

Para finalizar sua participação no projeto precisamos de "informações sínteses" de cada subgrupo, para elaboração do relatório final:

Informações sínteses:

I. Sobre o beneficiário;

( ) indígena

( ) não indígena de São Sebastião

( ) não indígena de São Paulo

- renda mensal (se souber):

- beneficiário do Bolsa Familia?

- já possuía Cadúnico?

II. Sobre o atendimento:

( ) auxiliei com cadastro na plataforma do auxílio emergencial desde o principio

( ) foi necessário auxílio com documentos adicionais, quais? (RG, CPF, título de eleitor, comprovante de endereço, etc.)

() o beneficiário já tinha feito o cadastro com sucesso e seguimos no acompanhamento até o depósito da primeira parcela.

- outras informações que julgue necessário.

III. Sobre o Auxílio Emergencial:

( ) aprovado no valor de...

( ) Não aprovado (motivo)

( ) Não solicitado (motivo)

IV. Sobre avaliação: sua apreciação sobre o trabalho desenvolvido com as famílias atendidas e relato de como essa experiência impactou para vc será importante para nossa análise do projeto.

Favor enviar as respostas para o e-mail da Júlia, com cópia para para mim.

julia.mpbarretto@hotmail.com

renata@morungaba.com.br

Manteremos nosso grupo geral até finalizarmos com a última reunião, dia 29/06, quando será compartilhado nossa avaliação e relatório final.

10. PLANILHAS SÍNTESE DE RESULTADOS – BENEFICIÁRIOS

GRUPO	CATEGORIA	ATENDIMENTO	AUXÍLIO EMERGENCIAL
F1	Não indígena São Sebastião	Beneficiário já tinha feito o cadastro e auxiliamos no acompanhamento até o depósito da primeira parcela	Desistência posterior do beneficiário
F11	Não indígena São Sebastião	Beneficiário já tinha feito o cadastro e auxiliamos no acompanhamento até o depósito da primeira parcela	Aprovado no valor de R$ 600,00
E16	Indígena	Desde o princípio. Cadastro na plataforma.	Aprovado no valor de R$ 1.200,00
E30	Indígena	Beneficiário já tinha feito o cadastro e auxiliamos no acompanhamento até o depósito da primeira parcela	Aprovado no valor de R$ 600,00
A17	Não indígena São Sebastião	Beneficiário já tinha feito o cadastro e auxiliamos no acompanhamento até o depósito da primeira parcela	Pedido em análise
H3	Não indígena São Sebastião	Beneficiário já tinha feito o cadastro e auxiliamos no acompanhamento até o depósito da primeira parcela	Pedido em análise
F2	Não indígena. São Sebastião	Desde o princípio. Cadastro na plataforma.	Aprovado no valor de R$ 600,00 para Fátima e 600,00 para seu filho Márcio.
F12	Não indígena. São Sebastião	Beneficiário já tinha feito o cadastro, mas foi refeito e depois auxiliamos no acompanhamento até o depósito da primeira parcela.	Aprovado no valor de R$ 600,00 para Carla e R$ 600,00 para sua mãe, Dalva.
F3	Não indígena. São Sebastião	Desde o princípio. Cadastro na plataforma.	Aprovado no valor de R$ 600,00
F13	Não indígena. São Sebastião	Desde o princípio. Cadastro na plataforma.	Aprovado no valor de R$ 600,00
E3	Indígena	Desde o princípio. Auxílio com documentos adicionais (RG e nome da mãe).	Auxílio emergencial recebido pelo pai no valor de R$ 600,00

GRUPO	CATEGORIA	ATENDIMENTO	AUXÍLIO EMERGENCIAL
E14	Indígena		Auxílio emergencial recebido pelo marido
E19	Indígena	Desde o princípio. Auxílio com documentos adicionais (RG e nome da mãe).	Auxílio emergencial recebido pelo pai no valor de R$ 600,00
H7	Indígena	Beneficiário já tinha feito o cadastro e auxiliamos no acompanhamento até o depósito da primeira parcela	Aprovado no valor de R$ 600,00
F5	Não indígena. São Sebastião.	Desde o princípio. Cadastro na plataforma.	Ainda em análise
F15	Não indígena. São Sebastião.	Desde o princípio. Cadastro na plataforma.	Ainda em análise
JE6 - Sérgio	Indígena	Auxiliou com cadastro na plataforma do auxílio emergencial desde o principio.	Aprovado no valor de R$600,00.
JE6 - Paulo Sérgio	Indígena	Auxiliou com cadastro na plataforma do auxílio emergencial desde o principio.	Aprovado no valor de R$600,00.
JE6 - Milton de Paula	Indígena	Auxiliou com cadastro na plataforma do auxílio emergencial desde o principio.	Aprovado no valor de R$600,00.
JE6 - Cristiano	Indígena	Auxiliou com cadastro na plataforma do auxílio emergencial desde o principio.	Aprovado no valor de R$600,00.
JE15	Indígena	Auxiliou com cadastro na plataforma do auxílio emergencial desde o principio.	Aprovado no valor de R$600,00.
E4	Indígena	Auxiliou com cadastro na plataforma do auxílio emergencial desde o principio.	Aprovado no valor de R$600,00.
JE20	Indígena	Auxiliou com cadastro na plataforma do auxílio emergencial desde o principio.	Aprovado no valor de R$600,00.
JE21	Indígena	Auxiliou com cadastro na plataforma do auxílio emergencial desde o principio.	Aprovado no valor de R$600,00.

GRUPO	CATEGORIA	ATENDIMENTO	AUXÍLIO EMERGENCIAL
JE22	Indígena	Auxiliou com cadastro na plataforma do auxílio emergencial desde o principio.	Aprovado no valor de R$600,00.
JE24	Indígena	Auxiliou com cadastro na plataforma do auxílio emergencial desde o principio.	Aprovado no valor de R$600,00.
F6	Não indígena. São Sebastião.	Auxiliou com cadastro na plataforma do auxílio emergencial desde o principio.	Aprovado no valor de R$600,00.
F16	Não indígena. São Sebastião.	O beneficiário ja tinha feito o cadastro com sucesso e seguimos no acompanhamento até o depósito da primeira parcela	Aprovado no valor de R$600,00.
P2	Não indígena. São Sebastião.	Auxiliou com cadastro na plataforma do auxílio emergencial desde o principio.	Em análise
A9	Não indígena. São Sebastião.	Beneficiário já tinha feito o cadastro e auxiliamos no acompanhamento até o depósito da primeira parcela	Aprovado no valor de R$ 600,00
A19	Não indígena. São Sebastião.	Beneficiário já tinha feito o cadastro e auxiliamos no acompanhamento.	Aprovado no valor de R$ 600,00
P10	Não indígena. São Sebastião.	Beneficiário já tinha feito o cadastro e auxiliamos no acompanhamento até o depósito da primeira parcela.	Aprovado no valor de R$ 600,00
P19	Não indígena. São Sebastião.	Beneficiário já tinha feito o cadastro e auxiliamos no acompanhamento.	Em análise
A6	Não indígena. São Sebastião	Desde o princípio. Cadastro na plataforma.	Aprovado no valor de R$ 600,00 para companheiro de Ana e R$ 1.200,00 para Ana.
A16			
A12	Não indígena. São Sebastião.	Beneficiário já tinha feito o cadastro e auxiliamos no acompanhamento.	Não aprovado. Possui vinculo formal empregatício
A8	Não indígena. São Sebastião	Beneficiário já tinha feito o cadastro e auxiliamos no acompanhamento até o depósito da primeira parcela	Aprovado no valor de R$ 600,00

GRUPO	CATEGORIA	ATENDIMENTO	AUXÍLIO EMERGENCIAL
A14	Não indígena. São Sebastião	Beneficiário já tinha feito o cadastro e auxiliamos no acompanhamento até o depósito da primeira parcela	Aprovado no valor de R$ 600,00
P1	Não indígena. São Sebastião	Desde o princípio. Auxílio com documentos adicionais. Regularização CPF	Aprovado no valor de R$ 600,00
E27	Indígena	Desde o princípio. Cadastro na plataforma	Negado. Motivo: auxílio pago a familiar.
E28	Indígena	Desde o princípio. Cadastro na plataforma	Negado. Motivo: auxílio pago a familiar.
H8	Indígena	Desde o princípio. Cadastro na plataforma	Negado. Motivo: auxílio pago a familiar.
H11	Indígena	Desde o princípio.	Não solicitado. Aposentado.
H14	Não indígena. São Sebastião.	Desde o princípio.	Negado. CadÚnico desatualizado (constava ainda no cadastro da família).
V2	Não indígena de São Paulo	Beneficiário já tinha feito o cadastro e auxiliamos no acompanhamento.	Negado. Motivo: auxílio pago a familiar.
E26	Indígena	Beneficiário já tinha feito o cadastro e auxiliamos no acompanhamento até o depósito da primeira parcela	Aprovado no valor de R$ 1.200,00 (beneficiária e marido)
H4	Indígena	Beneficiário já tinha feito o cadastro e auxiliamos no acompanhamento.	Negado. Motivo: auxílio pago a familiar (mulher, por meio do cadastro dela no Bolsa Família).
H12	Indígena	Desde o princípio. Auxílio com documentos adicionais. Cadastro do CPF dos filhos que não pode ser terminado a tempo.	Em análise
F7	Não indígena. São Sebastião.	Desde o princípio. Auxílio com documentos adicionais. Regularização do CPF da filha, para que a mãe pudesse pleitear a dupla cota.	Aprovado no valor de R$ 1.200,00
F17	Não indígena. São Sebastião.	Desde o princípio. Cadastro na plataforma.	Aprovado no valor de R$ 600,00 para a esposa dele.

GRUPO	CATEGORIA	ATENDIMENTO	AUXÍLIO EMERGENCIAL
HE10	Indígena	Desde o princípio.	Aprovado no valor de R$ 600,00, para um dos integrantes da família. No entanto, a família teria direito a receber a dupla cota, já que se trata de um casal, ambos cumprindo os requisitos de elegibilidade, compondo uma família no CadÚnico. Recomenda-se a judicialização do caso via Defensoria, se for de interesse da família
HE12	Indígena	Desde o princípio.	Aprovado no valor de R$ 600,00 para a esposa e R$ 600,00 para o marido.
HE1	Indígena	Desde o princípio	Pedido em análise
HE29	Não indígena. São Sebastião.	Desde o princípio. Auxílio com documentos adicionais (RG e CPF). Havia perdido seu RG e não sabia o número do CPF. Foi necessário consultar pelo Meu INSS.	Aprovado no valor de 600,00
P8	Não indígena. São Sebastião.	Desde o princípio. Cadastro na plataforma.	Aprovado no valor de R$ 600,00.
P5	Não indígena. São Sebastião.	Auxílio com documentos adicionais (título de eleitor)	Sem informação.
V3	Não indígena. São Paulo.	-	-
Re2		Beneficiário já tinha feito o cadastro e auxiliamos no acompanhamento até o depósito da primeira parcela.	Aprovado no valor de R$ 600,00
E5	Indígena	Beneficiário já tinha feito o cadastro e auxiliamos no acompanhamento até o depósito da primeira parcela	Aprovado no valor de R$ 600,00 para ele e esposa
F8	Não indígena. São Sebastião	Desde o princípio. Cadastro na plataforma	Aprovado no valor de R$ 600,00
F18	Não indígena. São Sebastião	Desde o princípio. Cadastro na plataforma	Aprovado no valor de R$ 600,00
E23	Indígena	Desde o princípio.	Não solicitado. Contrato de trabalho ainda em vigor - não preenchia os requisitos

GRUPO	CATEGORIA	ATENDIMENTO	AUXÍLIO EMERGENCIAL
A5	Não indígena de SP	Beneficiário já tinha feito o cadastro e auxiliamos no acompanhamento até o depósito da primeira parcela	Aprovado no valor de R$ 600,00
A15	Não indígena de SP	Desde o princípio. Cadastro na plataforma	Aprovado.
A10	Não indígena. São Sebastião	Desde o princípio. Auxílio com documentos adicionais	Não solicitado. Max possuía contrato de trabalho. Considerou-se realizar o cadastro em nome de sua esposa, mas não foi realizado porque ela é menor de idade.
A20	Não indígena. São Sebastião	Desde o princípio. Cadastro na plataforma	Aprovado no valor de R$ 600,00
HE13	Indígena	Desde o princípio. Auxílio com documentos adicionais	Não solicitado. Ilma constava no cadastro do Bolsa Família de sua mãe, Edna.
P3	Não indígena. São Sebastião	Desde o princípio. Auxílio com documentos adicionais	Aprovado no valor de R$ 600,00
J1	Não indígena de São Paulo	Beneficiário já tinha feito o cadastro e auxiliamos no acompanhamento até o depósito da primeira parcela	Aprovado no valor de R$ 1.200,00
J2	Não indígena de São Paulo	Beneficiário já tinha feito o cadastro e auxiliamos no acompanhamento.	Pedido em análise
V1	Não indígena de São Paulo	Beneficiário já tinha feito o cadastro e auxiliamos no acompanhamento até o depósito da primeira parcela	Aprovado no valor de R$ 600,00
F10	Não indígena. São Sebastião	Desde o princípio. Cadastro na plataforma	Aprovado no valor de R$ 600,00
F20	Não indígena. São Sebastião	Desde o princípio. Cadastro na plataforma	Aprovado no valor de R$ 600,00
FE17	Indígena	Desde o princípio. Cadastro na plataforma	Aprovado no valor de R$ 600,00
J3	Não indígena. São Paulo.	Beneficiário já tinha feito o cadastro e auxiliamos no acompanhamento.	Aprovado no valor de 600,00

GRUPO	CATEGORIA	ATENDIMENTO	AUXÍLIO EMERGENCIAL
J4	Não indígena. São Paulo.	Beneficiário já tinha feito o cadastro e auxiliamos no acompanhamento.	Em análise
A1	Não indígena. São Sebastião.	Desde o princípio. Cadastro na plataforma.	Aprovado no valor de R$ 1.200,00
A11	Não indígena. São Sebastião.	Desde o princípio.	Aprovado no valor de R$ 1.200,00
P7	Não indígena. São Sebastião.	Beneficiária já tinha feito os cadastros para a família. Tiveram que ser refeitos e acompanhamos desde os novos cadastros até o final.	Aprovado no valor de R$ 600,00 para Ana e pedido do sobrinho ainda em análise.
E9	Não indígena. São Sebastião.	Beneficiária já tinha feito dois cadastros na família.	Aprovado no valor de R$ 600,00 para Nilce e pedido do marido em análise.
E11	Indígena	Desde o princípio. Cadastro na plataforma.	Aprovado no valor de R$ 600,00.
H1	Indígena	Desde o princípio	Beneficiária recebeu pelo Bolsa Família da mãe, 600,00.
A4	Não indígena. São Sebastião.	-	Aprovado no valor de R$ 600,00
A7	Não indígena. São Sebastião.	Desde o princípio. Cadastro na plataforma.	Aprovado no valor de 600,00
F4	Não indígena. São Sebastião.	Desde o princípio. Cadastro na plataforma.	Aprovado no valor de R$ 1.800,00
E18	Indígena	Desde o princípio. Cadastro na plataforma.	Aprovado (sem informação do valor
E2	Indígena	Desde o princípio. Cadastro na plataforma.	Aprovado no valor de R$ 1.200,00
F14	Não indígena. São Sebastião.	-	Não solicitado. Filhos de Mirian recebem pensão do INSS em decorrência da morte do pai.

GRUPO	CATEGORIA	ATENDIMENTO	AUXÍLIO EMERGENCIAL
E8	Não indígena. São Sebastião.	Desde o princípio. Auxílio com documentos adicionais (CPF e título de eleitor do filho de Adriano)	Aprovado no valor de R$ 1.200,00 (Beth/Daniel/Ian).
F9	Não indígena. São Sebastião.	Desde o princípio.	Aprovado no valor de 600,00
E7	Indígena	Auxílio com documentos adicionais (tentativa de inscrição do filho do Cacique e da esposa do Cacique no CPF, para que pudessem realizar o pedido de auxílio emergencial. Entretanto, não houve sucesso na finalização).	Não foi solicitado. Assunção do caso pela FUNAI.
F19	Não indígena. São Sebastião.	Desde o princípio.	Aprovado no valor de R$ 1.200,00
H2	Indígena	Acompanhamento	Aprovado no valor de 600,00
H5	Indígena	Desde o início	Aprovado no valor de 600,00
H6	Indígena	Desde o início	Aprovado no valor de R$ 1.200,00
H9	Indígena	Desde o início	Aprovado.
H10	Indígena	Desde o início	-
H13	Não Indígena de São Sebastião	Desde o início	Aprovado no valor de 600,00
Re1	Não Indígena de São Paulo	Desde o início	-
Ra1	Não Indígena de São Paulo	Acompanhamento	Não aprovado. Atendimento interrompido por desistência da assistida após negativa de concessão do benefício.

GRUPO	CATEGORIA	ATENDIMENTO	AUXÍLIO EMERGENCIAL
P6	Não Indígena de São Sebastião	Fernanda assumiu em 06 de maio. Auxílio com documentos adicionais: CPF para o companheiro, para viabilizar solicitação do auxílio Maternidade. Responsável familiar gestante. Orientação sobre INSS (recebimento recente de auxílio doença.	Não aprovado. Recebimento de auxílio doença.
A3	Não indígena. São Sebastião.	Desde o princípio. Cadastro na plataforma.	Aprovado no valor de 600,00
A13	Não indígena. São Sebastião.	Não houve cadastro (beneficiária do Bolsa Família)	Aprovado no valor de R$ 1.200,00
A18	Não indígena. São Sebastião.	Não houve cadastro (beneficiária do Bolsa Família)	Aprovado no valor de R$ 1.200,00
P0	Não indígena. São Sebastião.	Beneficiária já tinha feito cadastro.	Sem informação.
P4	Não indígena. São Sebastião.	Não houve cadastro (beneficiária do Bolsa Família)	Aprovado no valor de R$ 1.200,00
A2	Não indígena. São Sebastião.	Desde o princípio. Cadastro na plataforma.	Aprovado no valor de R$ 1.200,00
E25	Indígena	Desde o princípio. Cadastro na plataforma.	Aprovado no valor de 600,00

11. PLANILHAS DE AVALIAÇÃO

MORADORES DE SÃO SEBASTIÃO (NÃO INDÍGENAS)

NOME	AVALIAÇÃO	DIFICULDADES	FRASE RESUMO
Fábio	Renata com a ajuda do Danilo foi muito bom só deu certo pó que o Danilo mim ajudou muito muito obrigado a você o Danilo e a Fernanda vocês são um Anjos.	Nenhuma dificuldade apontada.	Muito, muito obrigado a você e ao Danilo e a Fernanda. Vocês são anjos!
Cilene	Na parte de vcs foram nota 10 so o aplicativo que foi demorado mais to muito satisfeita. Agradeço vcs ❤️🙏	Nenhuma dificuldade apontada.	Estou muito satisfeita!
Nivalda	Boa tarde p todos e todas Eu gostaria de agradecer a vcs por mim ajudar com algumas dúvidas q eu tive vcs foram ecelintis vcs estão de parabéns mesmo. eu gostaria de dar uma nota p vcs de 0.10..mais eu vou dá a minha nota 10000000000000000000muito obrigada por tudo Q Deus abençoe vcs sempre Vcs mim ajudou muito	Nenhuma dificuldade apontada.	Vocês foram excelentes e estão de parabéns mesmo!
Diego	Olá, quero agradecer por toda a ajuda que vcs me deram para me cadastrar e receber o auxílio emergêncial💔, tenho certeza que não seria nada fácil se fosse para eu fazer sozinho Muitíssimo obrigado por vcs participarem desse projeto incrível e parabéns pela eficiência🙏🥰💔	Nenhuma dificuldade apontada.	Muitíssimo obrigada por vocês participarem desse projeto incrível e parabéns pela eficiência!
Cleide	Bom dia! Foi muito produtivo o auxílio de vocês fui bem orientada, foi rápido ñ tive dificuldade.	Nenhuma dificuldade apontada.	Foi muito produtivo!

NOME	AVALIAÇÃO	DIFICULDADES	FRASE RESUMO
Keli	Sim, me ajudaram muito e com as orientações Não tive nenhuma dificuldade Foi um ótimo atendimento E com essas orientações muitas pessoas conseguiram realizar os processos Que Deus abençoe a todos Muito obrigadaaa!	Nenhuma dificuldade apontada.	Foi um ótimo atendimento!
Lucinéia	Bom foi muito bom muitas orientação passo a passo cada dúvida foi tiradas e resolvida com vcs . tivemos dificuldade mais foi resolvido rapidamente . ficando muito satisfeito só agradecer muito obrigada No início muitas dificuldade que foram só resolvidas com vc A maior dificuldade foi o CPF inválido .por o José nunca ter votado em nem uma eleição que vc conseguiu resolver Obrigada❣️	A maior dificuldade foi o CPF inválido.	Muito satisfeito! Só tenho a agradecer!
Gracielle	Renata fui super bem atendida, não tivemos dificuldade nenhuma com a advogada uma pessoa incrivel 😇 só temos que agradecer vcs por todo esse empenho em ajudar o próximo 🙏🙏🙏 gratidão a todos do grupo 🙏❤️👏	Nenhuma dificuldade apontada.	Só tenho a agradecer vocês por todo esse empenho em ajudar o próximo!
Mariana	Muito obrigado pelo que vocês fizeram ajudo muito pois muita gente precisava dessa ajuda e vocês ajudo muito obrigado a todos vocês	Nenhuma dificuldade apontada.	Muito obrigada pelo que vocês fizeram!
Fátima	Agradeço por tudo vocês são 1000 foi maravilhoso seus trabalhos Tudo foi perfeito	Nenhuma dificuldade apontada.	Foi maravilhoso!

NOME	AVALIAÇÃO	DIFICULDADES	FRASE RESUMO
Marinês	Bom dia as pessoas que me ajudaram com o benefício do Governo. Eu gostaria de agradecer a vocês. No começo foi difícil para mim. Sem ajuda de vocês eu não ia conseguir – algumas pessoas falavam umas coisas e outras não. Sou grata a vocês! O mais difícil para mim foi enfrentar a lotérica, quando me disseram que não tinha dinheiro para retirar. De resto, todo mundo me orientou super bem. A Renata e as meninas que orientaram. Tudo certo. Graças a Deus! Hoje recebi a segunda parcela e foi mais calmo e mais tranquilo. Fico triste porque a lotérica não tem dinheiro para retirar. Esse dinheiro deveria estar na lotérica. Eu acho isso errado, mas graças a Deus eu consegui – hoje entrei as 9h e saí 12h e está me ajudando bastante com meus filhos pois fiquei desempregada nesse momento de pandemia. Só tenho a agradecer! Obrigada!	O mais difícil foi enfrentar a lotérica, quando disseram que não havia dinheiro para retirar - que a própria lotérica não tinha dinheiro.	Só tenho a agradecer!
Nara	Para mim vocês foram fundamentais! A gente estava entrando e não estava conseguindo! Eu consegui graças a orientação de vocês. Vocês foram me passando as orientações e fomos tentando. Se não fosse isso, não teria conseguido.	Dificuldade de entrar no sistema.	Vocês foram fundamentais!
Guga	Oi, Renata. Muito bom o atendimento! Muito bom mesmo! A dificuldade maior é sobre internet - sobre fakenews e sobre golpe. O pessoal e a advogada Pamella nos orientou bastante. Me ajudou muito. Muito agradecido pelas orientações de vocês e do grupo. Deus abençoe a todos! Muito bom mesmo. Satisfeito com a orientação e com a ajuda de vocês.	Dificuldade sobre internet e muitas fakenews envolvidas.	Muito agradecido pelas orientações de vocês e do grupo!
Marisa	Obrigada para vocês também viu? Mas eu acredito que ainda vai sair né? Vocês ajudaram bastante viu! Muito obrigada mesmo, de coração!	Nenhuma dificuldade apontada.	Muito obrigada mesmo, de coração!

NOME	AVALIAÇÃO	DIFICULDADES	FRASE RESUMO
Cátia	Oi, boa tarde. Dentro desses contatos todos vocês nos ajudaram na meidda do possível. Eu tive aquele problema e eu achei que era por conta do meu processo de pensão e vocês verificaram e meu CPF estava normal, mesmo tendo sido mostrado algum problema. Depois fizemos de novo e estava normal. O resto é falha do sistema mesmo. Eu agradeço a todo pessoal do grupo. Eu agradeço e eu tenho uma pergunta para vocês. Vocês conseguiram resolver o auxílio de outras pessoas também? Isso é legal para a gente saber se vocês conseguiram resolver outros casos e beneficiar outras pessoas, quantos casos vocês conseguiram resolver para a gente ter fé no grupo e ver que o grupo ajudou bastante!	Sistema falho por não apontar direito erros no CPF.	Eu agradeço a todo pessoal do grupo!
Gabriela	Boa noite! Meu nome é Gabriela e eu fiquei muito feliz pelo atendimento. Muito agradecida. Uma das maiores dificuldades foi eu achar um tempo porque o que acontece: primeiro eu trabalho na escola e quando é depois tem atividade da minha filha no período da manhã e a tarde é o período da escola dela então tudo é pelo telefone. Quando chega a noite, eu tenho aulas para trabalhar. O telefone descarrega, o telefone precisa ficar a merce das crianças, então tive dificuldades. Mas graças a Deus, a pessoa que ficou me auxiliando sempre teve muita paciência, várias vezes eu marquei um horário e nunca pude estar lá e ela sempre foi muito amorosa e muito atenciosa. E o melhor de tudo é que ela não falava só sobre o auxílio - falava sobre outras experiências dela, de um amigo dela. As vezes a gente precisa só conversar! E ela sempre teve tempo disponível para mim. E isso foi muito bom. Ela sempre tirou minhas dúvidas - sempre me dando uma força e falando "vai melhorar"! Eu gostei bastante e achei bem válido. Queria que todas as pessoas tivessem acesso a conversar assim com alguém. E o que as pessoas estão precisando muito é conversar. Porque pelo menos aqui onde a gente mora, quando você começa a conversar sobre uma preocupação, você ve que uma pessoa está em um problema maior que o seu. Eu fiquei super satisfeita! Meu auxílio não saiu e agora está em análise e em todo o momento eu tive apoio! As orientações eram bem claras! Foi muito bom!	Nenhuma dificuldade apontada.	Mas graças a Deus, a pessoa que ficou me auxiliando sempre teve muita paciência, várias vezes eu marquei um horário e nunca pude estar lá e ela sempre foi muito amorosa e muito atenciosa. E o melhor de tudo é que ela não falava só sobre o auxílio - falava sobre outras experiências dela, de um amigo dela. As vezes a gente precisa só conversar!
Karolen	Obrigada por esse apoio que vocês deram para mim. Obrigada Fernanda e Renata por esse apoio! Só me ajudou!	Nenhuma dificuldade apontada.	Muito obrigada pelo apoio que vocês deram para mim!

MORADORES DE SÃO PAULO (NÃO INDÍGENAS)

NOME	AVALIAÇÃO	DIFICULDADES	FRASE RESUMO
Marta	Não no meu caso foi a demora de sai do análise mais fui muito bem atendida pela a equipe q sempre estavam me orientando	Demora de sair do status 'pedido em análise'.	Fui muito bem atendida pela a equipe que estava me orientando!
Renata	Olá foi muito positivo a orientação de vcs obrigado	Nenhuma dificuldade apontada.	Muito positivo!
Ester	Oi, pessoal. Estou passando aqui para agradecer toda a equipe de advogados que me ajudou e me auxiliou e fizeram e deram o melhor deles. Eu quero falar que eu já consegui entrar e acionar o site que vocês me enviaram e agora eu estou aguardando resposta. Obrigada de coração. Deus abençoe a cada um!	Nenhuma dificuldade apontada.	Obrigada de coração! Deus abençoe a cada um!

INDÍGENAS

NOME	AVALIAÇÃO	DIFICULDADES	FRASE RESUMO
Cleiton	Então, eu agradeço pelo apoio de vocês. Eu agradeço muito o apoio que deram para mim. Só tenho a agradecer pelo apoio.	Nenhuma dificuldade apontada.	Agradeço o apoio.
Marinalva	Foi bom demais. Se eu sozinha , não ia conseguir. Obrigada por tudo. Quando for aí, quero conhecer a Irene.	Nenhuma dificuldade apontada.	Obrigada pela ajuda. Sozinha não teria conseguido.
Diana (mediadora da Márcia e Lurdes)	Olá! Boa tarde, queridas. Foi a melhor experiência que eu tive na minha vida. Graças a vocês, conseguimos ajudar duas pessoas que passava dificuldade por não ter renda. Obrigada Bianca e Rê.	Nenhuma dificuldade apontada.	Gratificante auxiliar as pessoas.
Letícia	Foi tudo ótimo, não tenho nada do que me queixar, o atendimento também foi excelente. Muito Obrigada pela ajuda.	Nenhuma dificuldade apontada.	Ótimo atendimento. Obrigada!
Fábio	Meu nome é Fábio Mirim Samuel Macena, sou indígena do povo guarani. Minha aldeia fica localizado na divisa dos municípios de Bertioga e São Sebastião do Estado de São Paulo. Então, nesse tempo tão difícil que vivemos atualmente, por causa do vírus Covid-19, eu tive muitas dificuldades de entender em alguns aspectos do auxílio emergencial do governo federal, no entanto, através de amigos conheci a Renata, uma pessoa extramemante extraordinária que me ajudou sem pedir nada em troca do seu apoio, e criou um grupo de apoio e me ajudou a entender, e de como adquirir o auxílio emergencial. Realmente foi de uma grande ajuda para que eu pudesse ser contemplado pelo Governo Federal. Eu só tenho a agradecer as estas pessoas abençoadas, que me ajudaram na dificuldade de entender melhor sobre o auxílio emergencial...Fica aqui minha maior gratidão pela Renata e seu grupo de apoio! Continuem fazendo a diferença.	Dificuldades em entender alguns aspectos do auxílio emergencial.	Recebi grande ajuda para entender o auxílio. Agradeço.

NOME	AVALIAÇÃO	DIFICULDADES	FRASE RESUMO
Sidnei	Oi, bom dia! Eu fiquei muito feliz por vocês me ajudarem o até o final. Eu agradeço também vocês por está tudo certo. O que eu tenho para falar é só agradecer mesmo.	Nenhuma dificuldade apontada.	Agradeço toda a fase.
Nardeli	Eu fui atendido muito bem Graças a vocês, eu agradeço por ter me ajudado.	Nenhuma dificuldade apontada.	Obrigada pela ajuda.
Cláudio	Obrigado pela ajuda. Foi bom o atendimento do pessoal, porque ajudou muito a pegar as informações detalhadas, porque tem pessoas que não entendem bem as palavras. Foi legal ter alguém para dar essas informações.	Nenhuma dificuldade apontada.	Agradeço as informações fornecidas.

VOLUNTÁRIOS

NOME	AVALIAÇÃO	DIFICULDADES	FRASE RESUMO
Marina Giovedi Arnoldi	Achei o trabalho tranquilo mas ao mesmo tempo muito distante. A dificuldade de comunicação, pelo menos por parte de uma das família foi real. Muitas vezes fiquei sem resposta por dias. Iso me deixou um pouco triste pois gostaria de poder ajudar mais do que consegui. Com certeza a questão do Corona Vírus atrapalhou também, pois os contatos foram muito superficiais.	Dificuldade de comunicação.	Trabalho tranquilo, mas distante devido às novas condições.
Pamella Ribeiro	Acredito que esse trabalho desenvolvido tenha auxiliado bastante as famílias e poderia continuar auxiliando. Entretanto, acredito que existem diversos pontos de melhoria no desenvolvimento desse trabalho que devem ser trabalhados internamente.	Dificuldade genérica apontada sobre pontos de melhoria.	O trabalho auxiliou várias famílias.
Danilo Bantonini	Achei muito interessante o trabalho realizado pela equipe. Nunca havia realizado trabalho voluntário, o que se tornou a experiência interessante para mim. Ajudar as pessoas nessa época excepcional pela qual estamos passando foi muito gratificante.	Nenhuma dificuldade apontada.	Minha primeira experiência foi interessante.
Jéssica Bueno	O trabalho impactou muito positivamente em mim, pois num período tão difícil para todos, o projeto auxiliou muitas pessoas a ter acesso a um benefício fornecido pelo Estado.	Nenhuma dificuldade apontada.	O trabalho impactou positivamente.
Luiz Toledo	O trabalho foi um sucesso ao meu ver, pois a julgar do pouco tempo para formação do grupo e a quantidade de famílias atendidas foi montada uma ótima estrutura de atendimento. Algo que para mim não foi tanta surpresa, pois já conhecia o trabalho da Renata que tem essa marca de excelência desde o planejamento a execução o que mostra as pessoas que um trabalho voluntário traz as mesmas responsabilidades de um trabalho remunerado com a diferença que no final do dia nossos resultados são melhorar diretamente a vida das pessoas.	Nenhuma dificuldade apontada.	O trabalho foi um sucesso.

NOME	AVALIAÇÃO	DIFICULDADES	FRASE RESUMO
Julieta Mussi	É sempre muito impactante, positivamente falando, entrar em contato com diferentes realidades. Acho que ambas as partes saíram beneficiadas: as famílias, por serem ajudadas durante um período tão difícil e com tantas incertezas; e nós, por expandirmos o nosso olhar em relação ao outro e nossa percepção de mundo. Há uma sensibilização aprendida muito transformadora e que com certeza nos torna mais humanos.	Nenhuma dificuldade apontada.	Todos foram beneficiados, os que receberam ajuda e os que ajudaram.
Fernanda Carpanelli	Foi importantíssima a experiência de contato direto com a família atendida de forma mais direta, não só por este acompanhamento mais pontual, mas também pela possibilidade de transitar sob acompanhamento de outros grupos, acompanhando a movimentação dos orientadores envolvidas, observando a interação dos grupos e todos os retornos positivos que construímos a partir da construção de alguns vínculos de solidariedade e confiança entre orientandos e orientadores. Também um espaço importante de percepção sob os principais gargalos impostos para acesso ao auxilio ou outros procedimentos necessários.	Nenhuma dificuldade apontada.	Impotantíssima experiência.
Haloa Reuben	Primeiramente, é importante reconhecer que a iniciativa foi, e é, relevante. O acesso ao benefício emergencial foi realizado de forma que desprivilegia pessoas sem acesso ou uso de tecnologia (seja por não ter um celular, por não ter acesso à internet ou mesmo por não saber utilizar a tecnologia) e apresentou elementos de falta de clareza de procedimentos, prazos, critérios, etc. que exigem maior explicação. A proposta buscou facilitar esse acesso ao orientar assistidos na obtenção do benefício.	Procedimento dificultado para aqueles que não tem acesso ou uso a tecnologia e elementos de falta de clareza de procedimentos, prazos, critérios e etc que exigem maior explicação.	Ainiciativa do projeto foi, e é, relevante.

NOME	AVALIAÇÃO	DIFICULDADES	FRASE RESUMO
Poliana Sousa Perina	Foi gratificante poder ajudar àqueles que não teriam condições ou passariam por situações desnecessárias, pois o sistema causou estranhamento até para quem já era familiarizado com programas sociais. Além disso, o fato de figurar como essa ponte para a efetivação de um direito foi muito motivadora, no sentido de querer multiplicar ações deste tipo. Por outro lado, fiquei impactada com a quantidade de pessoas que vivem totalmente marginalizadas, sem acesso à documentação básica, sobrevivendo com valores inacreditáveis. A experiência demonstrou muito sobre como estamos longe de garantir direitos mínimos para grande parte da população, que vive invisível.	Nenhuma dificuldade apontada.	Foi gratificante poder ajudar famílias em situação de vulnerabilidade.
Irene Bonetti	Foi um enorme prazer participar do processo. As pessoas atendidas foram sempre muito gentis e delicadas. Apesar de ter tido problemas com a minha capacidade de contribuir ao final do programa por diversos problemas pessoais, foi uma experiência muito enriquecedora e gratificante! Obrigada a todos os envolvidos!	Nenhuma dificuldade apontada.	Experiência enriquecedora e gratificante.
Milton Paulo Carvalho Neto	Foi uma experiência muito interessante, eu nunca havia atuado com instituições do terceiro setor. Pude me sentir mais próximo das dificuldades corriqueiras de milhões de famílias brasileiras, como, por exemplo, o acesso à internet. O alívio dessas famílias quando receberam o auxílio, depois da minha ajuda, fez com que eu me sentisse uma pessoa melhor e me inspirou a seguir nesse caminho. Sou muito grato ao Núcleo Morungaba e ao programa MeWe por essa oportunidade!	Nenhuma dificuldade apontada.	A importância do trabalho do terceiro setor.

NOME	AVALIAÇÃO	DIFICULDADES	FRASE RESUMO
Vanessa Bulara	O trabalho desenvolvido com as famílias assistidas é claramente importante do ponto de vista social. Poder ajudar pessoas que não teriam condições de acessar uma defensoria ou um advogado. E os órgãos que poderiam dar informações como a Caixa econômica e outros locais encontravam se com restrição de receber pessoas por conta do isolamento. O impacto é enorme. Muita gratidão e satisfação em por poder ajudar o outro que é menos favorecido e também poder estar em contato com outras pessoas também Dispostas a ajudar.	Os órgãos que poderiam dar informações como a Caixa Econômica e outros locais encontravam-se com restrição de receber pessoas por conta do isolamento.	Gratidão e satisfação.
Pedro Rizzo	Foi uma excelente oportunidade participar do projeto. Acabei auxiliando somente neste caso, e o trabalho foi mais restrito ao acompanhamento do processamento do pedido, mas, com certeza, foi um aprendizado e fico feliz em ter colaborado. Quando entrei no projeto, já fora deliberado que deveríamos apenas auxiliar na solicitação pelo beneficiário por meio da orientação, contudo acredito que o uso das informações para consulta por minha conta poderia acelerar o procedimento e depender menos da disponibilidade da beneficiária.	Nenhuma dificuldade apontada.	Uma excelente oportunidade.
Juliana Bernardo	Uma experiência incrível, poder estar próxima das famílias e poder dispor um pouco do nosso tempo para ajudar o coletivo. A Renata tem uma historia incrivel e uma missão grandiosa com esses projetos. Sou grata por ter participado.	Nenhuma dificuldade apontada.	Uma experiência incrível.
Egle Spina	O contato com as famílias sempre foi muito positivo e carinhoso, com apenas algumas questões pontuais. Na maioria das vezes era perceptível a falta de segurança deles. A gente não ajuda com conhecimento mesmo – eles têm toda essa base, várias vezes mais do que a gente; mas falta uma segurança de não entender o que o site pede, o que está escrito nos textos oficiais, insegurança com o período de pedir ou a falta de resposta para receber.	Falta de segurança dos beneficiários de não entender o que o site pede, o que está escrito nos textos oficiais, insegurança com o período de pedir ou a falta de respostas para receber.	A necessidade de informações claras que as famílias buscavam.

REALIZAÇÃO

NÚCLEO MORUNGABA

Morungaba
Corpo, Arte e Convivência

morungaba.com.br

/NúcleoMorungaba

MeWe Morungaba

@nucleomorungaba